

CÉLIO AZEVEDO



Comissão de Assuntos Econômicos: senadores aprovaram texto de Tasso Jereissati sobre ZPEs

Regras para ZPEs a um passo da conclusão

Projeto que altera as regras para as zonas de processamento de exportação foi acolhido na Comissão de Assuntos Econômicos. Agora só falta a aprovação do Plenário para ser enviado à sanção presidencial.

PÁGINA 5

cidadania

Currículo e entrevista definem contratação

Quem procura emprego precisa se planejar usando todos os recursos e apoio de que puder dispor para obter sucesso nessa tarefa. Veja na edição do Especial Cidadania como elaborar o currículo e como se comportar na entrevista.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

Órgãos de controle: armas contra a corrupção

O Estado dispõe de inúmeros órgãos para fiscalizar o uso do dinheiro público, como o Tribunal de Contas e a Controladoria Geral da União. Conforme especialista, o problema é que essas instituições, ao contrário do previsto na Constituição, conversam pouco entre si.

PÁGINA 9

Deputado uruguaio assume presidência do Parlamento do Mercosul

O atual presidente, senador paraguaio Alfonso González Núñez, será substituído pelo deputado uruguaio Roberto Conde. A transferência de cargo ocorrerá nesta semana, em Montevidéu.

PÁGINA 3

Senado aprova inclusão de clubes pequenos na Timemania

PÁGINA 4



MOREIRA MARIZ

Conselho de Ética: perícia de documentos apresentados por Renan deve se estender

Comissão poderá relatar processo contra Renan

Até o fechamento desta edição, Sibá Machado, presidente do Conselho de Ética, não havia indicado um novo relator para a representação contra Renan Calheiros. Sibá sugeriu que o relatório seja feito por uma comissão de três senadores. Valdir Raupp e Eduardo Suplicy se prontificaram.

PÁGINA 7

CONGRESSO

Reforma política tem nova chance

A votação pelos deputados do projeto de lei que reforma o sistema político e eleitoral (PL 1.210/07) ficou para esta terça-feira. Apesar de toda a polêmica despertada nas semanas anteriores, o primeiro ponto da proposta a ser analisado continuará a ser o voto em lista de candidatos para eleições proporcionais (deputados distrital, estadual e federal, e vereador), fechada pelos partidos em convenção.

O texto em exame na Câmara também propõe o financiamento público de campanhas eleitorais (segundo ponto a ser analisado), a instituição da cláusula de barreira e a criação de federações de partidos.

Na semana passada, não houve acordo sobre o conteúdo da reforma política, uma vez que o relator da proposta, o deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), rejeitou as alterações no parecer. Para Caiado, a lista fechada é o ponto vital da proposição.

Assim, a questão deve ser decidida no voto. No processo, não está descartada a aprovação de outro sistema, como o distrital misto, ou a manutenção do atual, caso a votação seja inviabilizada pela falta de consenso mínimo, como ocorre há dez anos.

Os contrários à lista fechada apontam inconstitucionalidades e o fortalecimento exagerado das cúpulas dos partidos. Os favoráveis entendem que a lista fechada fortalece os partidos, além de permitir maior controle do financiamento público de campanha.

O Jornal do Senado apontou, na semana passada, que os senadores tendem a apoiar o sistema distrital de eleição de deputados e vereadores. O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) apresentou proposta de emenda à Constituição para que a eleição de deputados e vereadores seja majoritária, fazendo com que os mais votados ocupem as vagas na ordem da votação, sem a proporcionalidade.

CPI da Navalha não obtém assinaturas

A retirada de quatro assinaturas do requerimento para criação da CPI Mista da Operação Navalha na quarta-feira acabou inviabilizando a comissão. O requerimento será arquivado. O pedido para criação da CPI foi apresentado na semana passada, mas foi devolvido aos autores pela falta de duas assinaturas. Eles chegaram, então, a atingir o número mínimo exigido pelo regimento do Congresso – 171 de deputados e 30 de senadores.

As desistências de última hora, porém, tornaram inviável a CPI, uma vez que o prazo para apresentação do requerimento se encerrava na quarta-feira. Retiraram suas assinaturas os deputados Clodovil Fernandes (PTC-SP),

Edigar Mão Branca (PV-BA), Ribamar Alves (PSB-MA) e Vinicius Carvalho (PTdoB-RJ). A CPI investigaria um esquema de desvio de dinheiro público, que, segundo a Polícia Federal, beneficiava a empreiteira Gautama.

O próximo passo da oposição, explicou o deputado Júlio Delgado (PSB-MG), é reunir assinaturas para uma CPI apenas no Senado. O senador José Nery (PSOL-PA) já colhe assinaturas para o novo requerimento.

Por sua vez, o líder do governo na Câmara, José Múcio Monteiro (PTB-PE), disse que os parlamentares entenderam que as denúncias “já estão sendo investigadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público”.



Presidência do Parlamento, que se reúne mensalmente em Montevideu, muda a cada seis meses

Mercosul: parlamento terá novo presidente

O Parlamento do Mercosul realiza na próxima semana, nos dias 25 e 26, em Montevideu, no Uruguai, sua terceira reunião plenária. Na ocasião, ocorrerá a transferência da presidência do Parlamento para um representante daquele país e a discussão do projeto de Regimento Interno do colegiado.

O atual presidente, senador paraguaio Alfonso González Núñez, será substituído pelo deputado Roberto Conde, atual vice-presidente pelo Uruguai, país que também ocupará a presidência rotativa do Mercosul no segundo semestre deste ano. Núñez foi eleito para um mandato-tampão durante a primeira sessão do novo parlamento, ocorrida em 7 de maio, na sede do Congresso Nacional do Uruguai. Na época, os congressistas decidiram que a presidência do novo Legislativo deveria acompanhar a presidência pro tempore do próprio Mercosul, com mandato de seis meses.

A ordem do dia da reunião

também abrange a apresentação de proposições pelos integrantes e a designação das comissões permanentes do Parlamento. Os congressistas discutirão um informe elaborado pela comissão da agenda política, formada também em maio, e outros assuntos políticos.

Está prevista ainda a participação dos parlamentares na 33ª Reunião do Conselho Mercado Comum e Cumbre de Chefes de Estado em Assunção, no Paraguai, nos dias 28 e 29 de junho.

Regimento Interno já tem proposta pronta

Em 14 de dezembro de 2006, foi realizada no Congresso Nacional brasileiro a sessão extraordinária que constituiu o Parlamento do Mercosul. O presidente Luiz Iná-

cio Lula da Silva participou do evento. Já na sessão de maio, os 81 deputados e senadores indicados pelos cinco países

que compõem o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela – tomaram posse.

A discussão sobre o Regimento Interno do Parlamento do Mercosul será baseada em parecer do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), relator da matéria e vice-presidente do

órgão. O texto é fruto de negociações que envolveram técnicos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

O deputado disse estar “bastante otimista” em relação à possibilidade de aprovação do regimento já nesta semana. As sessões do parlamento acontecem uma vez por mês.



O uruguaio Roberto Conde assume o comando

PLENÁRIO

Aprovado benefício para a Previdência

O Plenário do Senado aprovou na quinta-feira projeto de lei de conversão (PLV 15/07) da medida provisória (MP 359/07) que reestruturou cargos e instituiu gratificações na Previdência Social. Segundo informou o relator, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a medida contempla 69.576 beneficiários, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas. A matéria segue à sanção presidencial.

De acordo com a exposição de motivos, a MP 359/07 constituía parte de um conjunto de medidas voltadas à valorização dos servidores, à melhoria no atendimento aos segurados e à redução no déficit da Previdência Social. Tem por

objetivo melhorar a gestão e racionalizar os gastos com a seguridade social, coibindo, inclusive, a ação de intermediários, que costumam faturar com a promessa de agilizar a liberação de benefícios.

Para o exercício de 2007, o impacto financeiro da reestruturação da carreira da Previdência Social é estimado em R\$ 376.400.037, saltando, em 2008, para R\$ 703.152.888 e, em 2009, para R\$ 856.309.144.

Acordo definirá votações da semana

Os demais itens da agenda do Plenário terão sua votação negociada pelos líderes partidários. Também ficou acertado que não



Senadores acolheram a medida provisória que prevê gratificações a servidores do INSS

seriam lidas cinco medidas provisórias recém-chegadas ao Senado que, por estarem com prazo de votação vencido, trancariam a pauta de deliberações.

Ainda durante a discussão do assunto em Plenário, foi atribuída prioridade de votação às

propostas relativas às zonas de processamento de exportação (ZPEs); ao pagamento de precatórios; a empréstimos aos estados; à contratação de funcionários como prestadores de serviço por pessoas jurídicas; à revitalização da Superintendência do Desenvolvimento

da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); e às medidas de segurança pública, numa homenagem ao senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) – um de seus grandes defensores –, que está internado em São Paulo.

PLENÁRIO Senadores modificam a loteria criada para viabilizar o pagamento das dívidas dos times de futebol

Timemania pode incluir mais clubes pequenos

Pequenos clubes que participaram de campeonatos estaduais há pelo menos dois anos também poderão ser incluídos na Timemania, concurso lotérico da Caixa Econômica Federal que já beneficia 80 times de futebol, endividados com a Previdência. O Plenário aprovou na quarta-feira o projeto de lei de conversão (PLV 16/07) da

medida provisória (MP 358/07). O texto altera a Timemania.

Os senadores concordaram com emenda do relator da matéria, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que estende a todos os pequenos times que tenham disputado campeonatos estaduais há pelo menos dois anos o direito de pagar suas dívidas com o INSS, com a Receita Federal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em até 240 meses. A lei que criou a Timemania só dava esse direito aos clubes das séries A, B e C (primeira, segunda e terceira divisão).

Por causa das mudanças, o PLV 16/07 terá de ser examinado novamente pelos deputados. A MP 358/07 foi assinada pelo presidente da República para ampliar, entre outras coisas, o prazo para que



Com as emendas aprovadas pelos senadores, o texto que altera a nova loteria volta à Câmara



Emenda de Sérgio Zambiasi estende benefício a mais times de futebol

os clubes em dívida aderissem à renegociação. Agora, o prazo irá até a data em que for publicada a regulamentação da Timemania. Na Câmara, a medida provisória recebeu várias emendas, entre elas uma que aumenta de 180 para 240 meses o prazo para pagamento das dívidas renegociadas.

Os deputados já haviam aprovado outras modificações na MP 358/07, inclusive uma anistia de 50% nas multas que incidem no parcelamento das dívidas. Os senadores não mexeram nas mudanças dos deputados, mas

acrescentaram outras. Além de estender a renegociação aos pequenos clubes, os senadores apoiaram emenda de Zambiasi que autoriza esses times a discutirem suas dívidas sem desistir de ações que movem contra o fisco.

O PLV acrescenta as entidades de saúde de reabilitação física de portadores de deficiência entre os beneficiados com recursos da Timemania, dentro da conta de 3% do total

arrecadado já direcionado para as santas casas de misericórdia e as entidades hospitalares sem fins econômicos.

Clubes poderão saldar dívidas com INSS, Receita e FGTS em até 20 anos

A Timemania deverá arrecadar anualmente, conforme previsão da Caixa feita no ano passado, cerca de R\$ 500 milhões. O dinheiro terá vários destinatários. Os clubes de futebol das séries A, B e C ficarão com 22%, enquanto 46% constituirão os prêmios dos acertadores.

Até o Chipre socorreu os clubes de futebol

Pequena e sem qualquer tradição no esporte, a ilha de Chipre anunciou, este mês, um pacote de socorro aos seus principais clubes de futebol, que devem ao fisco milhões de dólares em impostos e contribuições sociais não pagas. Ao longo de três anos, o governo cipriota vai repassar US\$ 6,8 milhões aos clubes, na forma de subsídios, e mais US\$ 5,7 milhões para refinanciamento das dívidas fiscais. Em maior ou menor proporção, é fenômeno mundial os times de futebol estarem sempre às voltas com dívidas.

Os números da pujança econômica e das transações milionárias confundem-se com os desastrosos resultados administrativos. Em recente estudo da revista norte-americana Forbes, o inglês Manchester United ocupou o topo no ranking dos clubes mais ricos do mundo, com um patrimônio de € 1,13 bilhão. Quase todos vendidos a grandes conglomerados econômicos, os principais times ingleses, alemães, italianos e espanhóis ocupam as principais posições. Mas isso não significa que não existam problemas. A diferença em relação ao Brasil é que, na Europa, o principal credor dos clubes não costuma ser o Estado.

Os três grandes clubes do futebol português, por exemplo, têm hoje passivos assustadores: Sporting, Benfica e Porto devem mais de € 500 milhões. Lá já foi

implementado um esquema de refinanciamento (chamado Plano Mateus) e a implantação de uma loteria (Totobola) para facilitar a quitação dos débitos. Os clubes de futebol das duas principais divisões alemãs têm diminuído suas dívidas, mas fecharam a temporada 2005/2006 com débitos na casa dos € 716 milhões. Na Liga Francesa, os clubes da primeira divisão também reduziram as dívidas, porém o vermelho ainda está em torno de € 35 milhões.

Transações milionárias confundem-se com desastres administrativos

maiores devem, cada um, mais de R\$ 30 milhões (€ 11,6 milhões). Segundo levantamento do diário Lance, dez dos principais clubes do Brasil (São Paulo, Santos, Corinthians, Palmeiras, Flamengo, Vasco, Botafogo, Atlético-MG, Cruzeiro e Grêmio) encerraram 2006 com uma dívida somada de R\$ 1,34 bilhão (€ 519,37 milhões).

O Flamengo é o clube brasileiro que mais deve (R\$ 232,9 milhões) à União, seguido de perto pelo Botafogo (R\$ 216,8 milhões). Mesmo times cujos orçamentos são muito mais modestos também estão na lista dos devedores. O Náutico, de Recife, precisa pagar R\$ 15 milhões em tributos e contribuições atrasados.

Nova loteria abaterá dívidas

O apostador escolherá dez dos 80 clubes das três divisões do futebol brasileiro (séries A, B e C) e ganhará o prêmio máximo caso todos vençam suas partidas. O torcedor terá a opção de apostar no "Time do Coração", beneficiando assim o clube para o qual torce: quanto maior o número de apostas, mais recursos o clube receberá.

A Timemania não difere das loterias de prognóstico esportivo já existentes, como Loteca e Lotogol. Tanto no Brasil como em qualquer outro país os clubes de futebol têm o chamado direito de arena - ou seja, recebem um percentual

pelo uso da sua marca. No caso da Timemania, esse direito está vinculado ao pagamento das dívidas dos clubes junto ao governo federal. Quitadas as dívidas, os clubes passarão a receber os recursos e terão que publicar anualmente balanço com a prestação de contas da aplicação desse dinheiro.

Os clubes participantes serão remunerados com o valor correspondente ao rateio de 22% da arrecadação bruta e aqueles que possuem dívidas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal, Receita Previdenciária e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional terão a sua cota-

parte destinada ao pagamento desses débitos, que poderão ser parcelados em até 240 meses. Nessa situação, os recursos serão repassados diretamente aos respectivos credores.

Do total arrecadado pela Timemania, 46% serão destinados à premiação e 20% para custeio e administração. A nova modalidade de jogo reservará 12% de sua arrecadação para fins sociais. Os comitês Olímpico (COB) e Paraolímpico Brasileiro (CPB), os fundos Penitenciário (Funpen) e Nacional da Saúde, o Ministério do Esporte e a Seguridade Social serão beneficiados com os repasses.



Torcida do Flamengo, no Maracanã: clube com mais torcedores tem também a maior dívida

DESENVOLVIMENTO

Criadas em 1988, 17 zonas de exportação aguardam sanção da lei para iniciar operações



Teófilo Otoni sediou a Feira Internacional de Pedras Preciosas enquanto espera instalação de ZPE para o setor

MG pode sediar primeira zona de exportação

Considerada o maior centro de lapidação de pedras preciosas do Brasil e um dos maiores do mundo, a cidade de Teófilo Otoni (MG) possui cerca de 2 mil lapidários. A maioria vive "às escondidas", como define o deputado Ademir Camilo Rodrigues (PDT-MG), defensor da ZPE local, alternativa encontrada para legalizar o setor.

Autorizada em 1994 pelo então presidente Itamar Franco, a ZPE, apesar de pronta, até hoje não funciona. O projeto de alfandegamento (uma espécie de habite-se expedido pela Receita Federal) chegou a ser aprovado três anos mais tarde, mas segundo o presidente da administradora da ZPE de Teófilo Otoni, Kalil Elawar, a equipe do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, barrou a iniciativa.

– Depois de mais de 50 reuniões, houve uma manobra protelatória terrível que causou danos aos investidores – registra Elawar. O empresário, libanês radicado no Brasil desde 1959, possui uma das maiores e mais antigas entre as 50 empresas regularizadas de lapidação da cidade.

Ele calcula que, em cinco anos, a ZPE poderá criar de 5 mil a 10 mil empregos diretos e outros 100 mil indiretos, já que deve ajudar outras atividades, como a pecuária.

Porém, os dois empreendimentos constituídos para operar na ZPE, um deles do próprio Elawar, não decola-

ram. Embora não divulgue o valor do prejuízo, o empresário dá uma pista: cada empreendimento possui potencial de exportação acima de US\$ 5 milhões anuais, o que indica a perda com o atraso. O deputado Camilo Rodrigues calcula prejuízo de R\$ 10 milhões, só em obras civis na ZPE, R\$ 6 milhões privados e R\$ 4 milhões do município e do estado.

Em 2001, a ZPE ingressou com ação contra a União. Quatro anos depois, o juiz Leão Aparecido Alves, do Tribunal Federal Regional, concluiu que a "inércia" da União representava abuso de poder, obrigando o governo a se pronunciar sobre os dois projetos. Houve também os que desistiram, como uma empresa chinesa. "Ela está na China. Opera hoje com 2.500 empregados e fatura mais de US\$ 100 milhões por ano", exemplifica. Diante da burocracia e da oposição às ZPEs pela indústria paulista, Elawar diz que houve perda de credibilidade. Agora, com a nova lei, ele espera retomar os contatos.

O empresário pretende instalar um escritório de representação da ZPE em Dubai, na Índia, entreposto de mercadorias exportadas para o Leste Europeu e o Oriente Médio. Aos 71 anos, ele não abandona o sonho de impulsionar a região que o acolheu com o instrumento que conheceu na década de 80, que transformou Xenzen, próxima a Hong Kong, em uma das mais importantes ZPEs da China.

Sarney (PMDB-MA) criando ZPEs em três municípios do Maranhão: Rosário, Imperatriz e Barreirinhas.

Os projetos serão examinados também pela CAE antes de seu encaminhamento à Câmara. Apesar de serem autorizativos e correrem o risco de arquivamento

Tudo pronto para aprovação das ZPEs

O acordo entre os líderes e o governo prevê a votação em Plenário esta semana do projeto (PLS 146/96) que altera as regras para instalação e funcionamento das zonas de processamento de exportação (ZPEs). O parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) às mudanças feitas na Câmara foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na terça-feira, depois de 11 anos de tramitação da proposta no Congresso Nacional.

A negociação, que teve o ministro da Fazenda, Guido Mantega, como interlocutor, prevê que o presidente Lula vetará os itens que não obtiveram consenso. Como seria impossível alterar pontos já aprovados pelo Senado na primeira rodada de votação, a alternativa foi acertar os vetos e a edição de uma medida provisória para regulamentar alguns dispositivos do projeto.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), designou uma comissão para acompanhar esse processo, composta por nove

senadores, incluindo os que têm restrições ao projeto, como o próprio Mercadante, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (PSDB-AM) – que vocaliza os temores das empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus –, e José Sarney (PMDB-AP), responsável pela iniciativa de criar ZPEs no Brasil, quando era presidente da República (veja quadro).

Mercadante listou itens que podem ser vetados. Um deles deve retirar do texto o conceito de "isenção" tributária, a ser substituído pelo princípio da "suspensão", o que evitaria que as empresas nas ZPEs passem a ter créditos nas importações de matérias-primas, por exemplo.

O item que trata da venda de 20% do que for produzido na ZPE no mercado interno pode ser retirado do texto ou alterado, mudando a base de cálculo para tributação dessa parcela. O texto, como está, diz que o percentual de 20% incidirá sobre cada bem produzido na ZPE, com as especificações do Mercosul.

Outro veto deverá recair sobre emenda da Câmara, pela qual o regulamento das ZPEs disciplinará casos em que empresas tenham projetos de instalação aprovados antes do alfandegamento da área.

O presidente da CAE informou que também deve ser vetada a carência de cinco anos no recolhimento do Imposto de Renda para os empreendimentos localizados em ZPEs fora das áreas da Sudene e Sudam. Mas permanece o benefício, pelo prazo de dez anos, para aqueles que estão nas áreas de abrangência dessas duas agências de desenvolvimento. Outra alteração será feita com o objetivo de garantir proteção aos setores e áreas incentivados já existentes – caso do Pólo Industrial de Manaus e o setor de informática.

As ZPEs são distritos industriais que oferecem benefícios administrativos, isenções tributárias e liberdade cambial para empresas, que devem destinar a maior parte da produção para a exportação.



José Sarney (E), Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati e Valdir Raupp participaram das negociações na CAE

Sarney acusa atraso; Virgílio, preocupação

Em 1988, a economia brasileira estava em patamar semelhante ao da chinesa. O ex-presidente e senador José Sarney aposta que o Brasil seria competidor da China se o modelo, que criou 17 ZPEs naquele ano, tivesse sido implantado então.

Para ele, trata-se de um instrumento de desenvolvimento nacional que pode corrigir desequilíbrios regionais. Sarney informou que, na China, as ZPEs geram produção da ordem de US\$ 1,7 trilhão, cerca de 70% da economia do país.

O senador considera a polêmica

sobre a comercialização no mercado doméstico de 20% do que for produzido na ZPE "secundária e desimportante". Isso porque as vendas serão tributadas como produto importado, ou seja, se não forem adquiridos da ZPE, serão trazidos do exterior.

Os representantes do Amazonas ainda têm restrições à nova legislação. Arthur Virgílio ponderou que há pontos que precisam ser esclarecidos, como se a parcela de 20% comercializada internamente será calculada sobre toda a produção da ZPE ou sobre cada produto.

Jefferson Péres (PDT-AM) também sugeriu que na medida provisória a ser editada pelo governo seja garantida proteção às indústrias já estabelecidas, como as do Pólo de Manaus. Ele propôs que o texto autorize o Executivo a suspender a venda interna de produtos das ZPEs que coloquem em risco algum setor. Jereissati teria alertado que essa medida pode proteger setores ineficientes.

Comissão que irá acompanhar a sanção da lei das ZPEs

- Aloizio Mercadante (PT-SP)
- Arthur Virgílio (PSDB-AM)
- Edison Lobão (DEM-MA)
- Jayme Campos (DEM-MT)
- José Sarney (PMDB-AP)
- Osmar Dias (PDT-PR)
- Renato Casagrande (PSB-ES)
- Romero Jucá (PMDB-RR)
- Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Senadores já discutem criação de novas áreas

Embora seja competência do Executivo, o Senado resolveu sinalizar onde gostaria de ver localizadas algumas das novas ZPEs. Para tanto, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou, na última quinta-feira, três projetos de lei da senadora Roseana

Sarney (PMDB-MA) criando ZPEs em três municípios do Maranhão: Rosário, Imperatriz e Barreirinhas.

Os projetos serão examinados também pela CAE antes de seu encaminhamento à Câmara. Apesar de serem autorizativos e correrem o risco de arquivamento

mento pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, os projetos demonstram a vontade de senadores de acelerar a instalação de ZPEs agora que a aprovação da nova legislação (PLS 149/06) está na reta final no Senado.

Na Comissão de Direitos Hu-

manos e Legislação Participativa (CDH) foi aprovado requerimento para realização de seminário sobre ZPEs, em julho, no Rio Grande do Sul. Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, pretende que o seminário discuta a geração de emprego pelas ZPEs em regiões carentes.

COMISSÕES



Ao lado de Cristovam Buarque, Orlando Silva (E) apresenta aos senadores da Comissão de Educação as estratégias do governo para promover o esporte no país

Pan 2007 divulgará o Brasil, prevê ministro

A realização, no Rio de Janeiro, da 15ª edição dos Jogos Pan-Americanos ajudará a promover a imagem do Brasil no exterior e a incluir o país no circuito dos grandes eventos esportivos internacionais. Esses foram os principais argumentos usados pelo ministro do Esporte, Orlando Silva, em audiência da Comissão de Educação (CE), para responder às preocupações dos senadores com os R\$ 3,6 bilhões investidos na realização do evento.

– Os Jogos Pan-Americanos serão um sucesso, mas devemos ser rigorosos na avaliação de tudo o que ocorreu desde 2002 – afirmou o ministro, referindo-se ao ano em que se decidiu pela realização dos jogos no Rio.

Dos R\$ 3,6 bilhões gastos, informou, aproximadamente a metade foi investida pelo governo federal – aí incluídos o financiamento da Caixa Econômica Federal para a construção da Vila Olímpica e a ajuda ao governo es-

tadual para a reforma do ginásio do Maracanãzinho. A prefeitura do Rio de Janeiro investirá um terço do total. O restante será dividido entre o governo estadual e o Comitê Olímpico.

O ministro admitiu que o planejamento inicial foi “pouco consistente”. As despesas com segurança, disse, teriam sido subestimadas. A seu ver, porém, “não é detalhe” o fato de o Brasil passar a contar com instalações

País contará com instalações esportivas de nível mundial, ressalta Silva

esportivas de nível mundial. Ele recordou problemas recentes durante o Campeonato Mundial de Basquete em São Paulo, quando goteiras prejudicaram a realização dos jogos.

– Chovia dentro da quadra, o que expunha os atletas e desmoralizava o país – lembrou o ministro, após informar que ocorrerão no Brasil, até o ano que vem, os torneios mundiais de judô e futebol de salão, além dos Jogos Mundiais Militares.

Autor do requerimento para realização da audiência, o senador

Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu informações sobre o programa Segundo Tempo, que patrocina práticas esportivas no horário complementar ao das atividades escolares. De acordo com o ministro, 650 mil crianças serão atendidas até o fim do ano.

Wellington Salgado (PMDB-MG), co-autor do requerimento, previu que o Pan mostrará ao mundo “uma nova cara do Brasil” e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) destacou que o evento estimulará a prática esportiva no país. Por sua vez, Marisa Serrano (PSDB-MS) pediu maior integração entre os ministérios do Esporte, da Educação e da Cultura.

Wilson Matos (PSDB-PR) questionou o grande investimento feito em uma só cidade para os Pan-Americanos. Na presidência da reunião, Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o ministro por mostrar “competência e entusiasmo”.

Ao lembrar a possível realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, Ideli Salvatti (PT-SC) disse que Florianópolis está empenhada em se tornar uma das cidades-sede da competição.

Educação deficiente ameaça competitividade

Durante audiência na Comissão de Educação (CE), em prosseguimento ao ciclo de debates sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Carlos Roberto Cavalcante, superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), apontou deficiências na educação como ameaça à competitividade do setor empresarial do país.

Participantes do debate, Marcos Formiga, professor da Universidade de Brasília (UnB), e Leila Oliveira, presidente da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, defenderam a

duplicação do percentual do produto interno bruto (PIB) investido em educação.

A valorização do professor foi objeto de manifestação de todos os convidados. Décio Corrêa Lima, diretor da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas (Abrafi), afirmou que “o segredo de uma boa escola e a condição para o desenvolvimento do ensino é a relação professor/aluno”. No mesmo sentido, Cavalcante considera que “o investimento no professor é requisito essencial para uma mudança duradoura”.

Senadores cobram prioridade do governo para ensino básico

Na opinião do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), melhorar a educação básica é a primeira condição para que o país tenha uma universidade de qualidade.

– De nada adianta governos canalizarem recursos para a universidade sem melhorar a educação de base. É jogar dinheiro fora – advertiu Cristovam.

O senador Wilson Matos

(PSDB-PR) concordou com Cristovam e disse que o Brasil “nunca levou a educação a sério”. Para ele, sem uma educação de alto nível, o país não terá desenvolvimento sustentável.

Wilson Matos, que é professor, manifestou preocupação com os problemas de infraestrutura nas escolas e o pouco hábito de leitura da população brasileira.

Comissão aprova nomes para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou as indicações de Eduardo Prisco Ramos e Carlos Eduardo Sette Câmara Costa para as embaixadas do Brasil no Panamá e no Paquistão, respectivamente.

De acordo com Prisco Ramos, o Panamá deverá oferecer “expressivas” oportunidades de negócios para empresas de construção civil. Entre os principais projetos, adiantou,

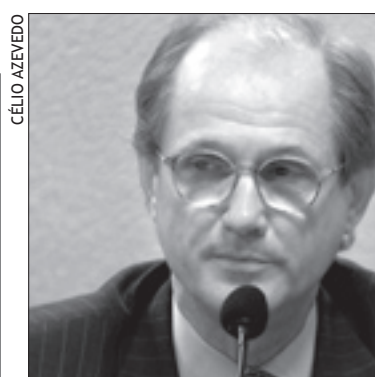
estão a ampliação do Canal do Panamá e a construção de um megaporto na costa pacífica. As obras no canal, que permite o trânsito de navios entre os oceanos Atlântico e Pacífico, deverão duplicar a atual capacidade e permitir a passagem de maiores embarcações. Estão previstos investimentos de cerca de US\$ 5,2 bilhões, o que atraiu o interesse de quatro empresas brasileiras, informou.

Já Sette Câmara considerou as

relações entre Brasil e Paquistão como “sólidas”. De 2002 a 2006, as exportações brasileiras passaram de US\$ 27,3 milhões para US\$ 193,7 milhões. O item mais importante da pauta de exportações brasileiras, disse, é o algodão, que abastece a indústria têxtil paquistanesa. As importações brasileiras do Paquistão foram de US\$ 29,7 milhões no ano passado, com ênfase em produtos esportivos e equipamentos cirúrgicos.



Indicado para o Paquistão, Sette Câmara ressalta avanço no comércio bilateral



Prisco Ramos prevê negócios no Panamá para empresas brasileiras de construção civil

Presidente da RCTV deve falar ao Senado

O presidente da Radio Caracas Television (RCTV), Marcel Granier, deverá comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para falar sobre o fechamento da emissora pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez. O convite está previsto em requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), aprovado pela comissão.

Durante a reunião da CRE, Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou negociações com o governo federal e o governo paulista para que permaneça na cidade de São Paulo a sede do Parlamento Latino-americano (Parlatino). O presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI), sugeriu – com o apoio de Suplicy – que emenda da CRE ao Orçamento para 2008 contemple recursos para a manutenção do Parlatino na capital paulista.

Paquistão



Localização: Ásia
Área: 796.200km²
População: 155.800.000 habitantes
Capital: Karachi
Moeda: rúpia
Idioma oficial: urdu
PIB: US\$ 110,7 bilhões
Inflação anual: 9,8%
Dívida externa: US\$ 31 bilhões
Exportações para o Brasil: US\$ 29,7 milhões
Importações do Brasil: US\$ 193,7 milhões



Panamá



Localização: América Central
Área: 77.082km²
População: 3.228.000 habitantes
Capital: Cidade do Panamá
Moeda: balboa
Idioma oficial: espanhol
PIB: US\$ 15,5 bilhões
Inflação anual: 2,4%
Dívida externa: US\$ 9,3 bilhões
Exportações para o Brasil: US\$ 12,8 milhões
Importações do Brasil: US\$ 306 milhões



INVESTIGAÇÕES

Sibá sugere comissão de três senadores para relatoria; Valdir Raupp e Suplicy se prontificaram



Renan Calheiros aponta para um processo “kafkiano e esquizofrênico” e rechaça possibilidade de renúncia; Sibá adiou reunião que definirá cronograma de trabalho

Perícia pede mais tempo para avaliar documentos

“Inconclusivo.” Esse foi o resultado do laudo do Instituto Nacional de Criminalística, da Polícia Federal, que teve três dias para periciar documentos apresentados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao Conselho de Ética.

A perícia apontou incongruências nos documentos que comprovariam uma renda de R\$ 1,9 milhão, nos últimos quatro anos, com venda de gado. Renan busca demonstrar que tinha renda para pagar pensão de R\$ 16 mil à jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha, e que não recebeu dinheiro do funcionário da Mendes Júnior Cláudio Gontijo, intermediário dos pagamentos da pensão.

Conforme o laudo, há 508 guias de trânsito animal (GTAs) em que a mãe do senador, Ivalinda Calheiros, aparece como

vendedora, e outras 20 em que o vendedor é seu irmão Remi Calheiros. Além disso, em 2006 há notas fiscais para venda de 921 animais, mas GTAs referentes a 340. Ainda segundo o laudo, encaminhado aos senadores, os nomes dos compradores de gado que aparecem em cheques e recibos não coincidem com os das notas fiscais. Não foi possível assegurar a autenticidade das notas fiscais e da venda de gado.

Renan voltou a dizer que tem como provar a lisura de seus negócios agropecuários. “Há uma denúncia, o que me compete é provar o contrário. Tenho feito isso com a maior tranquilidade”, frisou. Ele encaminhou ao conselho novas cópias de cheques, comprovando o erro de digitação na documentação fornecida antes.

Gontijo diz que dinheiro repassado era de Renan

O funcionário da empreiteira Mendes Júnior Cláudio Gontijo afirmou ao Conselho de Ética que só repassou à jornalista Mônica Veloso dinheiro que lhe foi entregue pelo senador Renan Calheiros, pai de uma criança com a jornalista.

Dizendo-se amigo de Renan desde 1987, informou que frequentava a casa do senador e não poderia fugir ao pedido para que repassasse o dinheiro para a pensão. Segundo ele, o caso exigia discrição por causa do cargo de senador, depois de eleito presidente do Senado.

Gontijo reafirmou tudo o que

dissera ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP). No começo, frisou, depositava o dinheiro da pensão em uma conta da jornalista no Unibanco, mas depois de algum tempo destruiu os comprovantes. Mônica Veloso sustenta que nunca recebeu dinheiro em banco. Mais tarde, Gontijo passou a entregar pessoalmente o dinheiro à jornalista.

O depoente disse ainda não ter conhecimento de que a Mendes Júnior tenha feito contribuições à campanha eleitoral de Renan, ponderando, no entanto, serem totalmente legais as contribuições desse tipo.

Advogado de Mônica Veloso contesta chantagem e dossiê

Em depoimento voluntário ao Conselho de Ética, Pedro Calmon Mendes, advogado da jornalista Mônica Veloso, leu um termo de declaração escrito por sua cliente no qual ela nega que tenha chantageado o senador Renan Calheiros, presidente do Senado, com quem tem uma filha.

A jornalista também afirma no texto que os R\$ 100 mil em dinheiro que recebeu de Renan foram para complementar

valores da pensão alimentícia atrasada, e não para um “fundo educativo”, como está no recibo apresentado pelos advogados do senador.

A jornalista reafirma também nunca ter elaborado nenhum dossiê contra Renan, como publicou a revista IstoÉ. O advogado informou que ela enviou resposta à revista, que não foi publicada, e por isso está processando IstoÉ pelas acusações.

Conselho de Ética ainda espera relator

Até o fechamento desta edição, o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Sibá Machado (PT-AC), não havia indicado o novo relator para a representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Sibá sugeriu que o novo relatório seja feito por uma comissão de três senadores. Os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Eduardo Suplicy (PT-SP) se prontificaram.

Encarregado de definir o cronograma das novas investigações, o grupo de trabalho formado por Demostenes Torres (DEM-GO), Romeu Tuma (DEM-SP), Adelmir Santana (DEM-DF) e Sérgio Guerra (PSDB-PE), além do próprio Sibá, teve sua reunião adiada.

– A reunião só deveria acontecer com o novo relator, pois

haveria risco de usurpação de suas funções por esse grupo de trabalho – explicou Sibá.

Tuma aplaudiu a decisão.

– O grupo não teria autonomia sem relator – disse.

Já Demostenes não vê dificuldade em elaborar o cronograma para as investigações.

– É só deixar a Polícia Federal concluir o trabalho que iniciou, sem definir prazo. E assim verificar se as notas fiscais apresentadas batem com as guias de transferência [de gado] e se as guias batem com os cheques, sem deixar dúvidas – destacou.

Na quarta-feira, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) renunciou à relatoria depois de ser derrotado na tentativa de votar o texto que pedia o arquivamento da representação contra Renan.

Ao desistir da função que exerceu por apenas um dia, Salgado – que substituiu o primeiro relator, Epitácio Cafeteira (PTB-MA), de licença médica – afirmou não ver, no conselho, vontade de julgar alguém por quebra de ética.

Na ocasião, os parlamentares do PSDB, do DEM e do PT afirmaram não ser possível nem condenar, nem absolver Renan, já que o Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, sem tempo para periciar os documentos entregues por Renan, considerou as provas inconclusivas (leia mais ao lado). Por consenso, o conselho decidiu adiar o desfecho do caso e aprofundar as investigações.

– Se for necessário, compareirei ao Conselho de Ética – frisou Renan, depois de apelo de Eduardo Suplicy.

Presidente rejeita proposta de licenciar-se do cargo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a descartar qualquer possibilidade de afastar-se do cargo em razão do processo no Conselho de Ética.

– Renúncia e licença não fazem parte do meu dicionário. É uma questão de personalidade. Eu não permitirei que levem o Senado Federal a uma crise institucional. Eu não arredarei o pé – disse.

Ele negou que tenha pedido apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Eu não preciso que ninguém me defenda. O que me defenderá sempre é a verdade. Esse processo é um processo esquizofrênico. Nós estamos vivendo uma crise com ataques diários, absurdos, que não têm nada a ver com o decoro – afirmou.

Durante a semana, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Jefferson Péres (PDT-AM) haviam pedido o afastamento de Renan da Presidência do Senado.

Sibá explica que Renan não pode mais renunciar

Em resposta a questão de ordem formulada pelo senador Demostenes Torres, o presidente do Conselho de Ética, Sibá Machado, assegurou que a investigação não tem caráter preliminar e que o presidente do Senado, Renan Calheiros, não pode renunciar ao mandato parlamentar para escapar de eventual cassação.

– Ele não pode mais renunciar – disse Sibá, observando que o processo está em andamento.

A resposta foi elaborada pela consultoria do Senado e embasada no artigo 13 da Resolução 20, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Demostenes levantou a dúvida ao ler o texto do então relator Epitácio Cafeteira, que aponta para “a absoluta ausência de indícios que (...) justifiquem a abertura de um processo por quebra de decoro”. Demostenes disse ser necessário não haver dúvidas sobre a natureza jurídica do procedimento.

– O processo está aberto. Agora é condenar ou absolver – afirmou.

Renan nega ter ameaçado colegas

Renan Calheiros negou ter feito ameaças aos colegas para forçar sua absolvição pelo Conselho de Ética. Ele respondeu aos senadores Eduardo Suplicy e José Agripino (PFL-RN), que indagaram sobre matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo e artigo postado no blog do jornalista Josias de Souza, segundo os quais Renan teria ameaçado revelar “fatos incômodos” sobre colegas senadores.

– Nesse processo kafkiano e nesse ataque especulativo,

de que algumas pessoas são vítimas diariamente, surgem muitas intrigas. Mas o Senado, que conhece sobejamente minha relação com cada senador, sabe muito bem que essa coisa de ameaça e insinuação não faz parte da minha personalidade. Quero que não haja nenhuma dúvida sobre qualquer tipo de intriga que daqui por diante houver – frisou.

Antes, Suplicy dissera que Renan teria o dever de revelar quaisquer “fatos inadequados”

de que tivesse conhecimento.

Depois dos esclarecimentos, Agripino dirigiu-se a Renan e deu o caso por encerrado.

– A Casa está inundada de boatos e suspeitas. Vossa Excelência coloca de público a sua posição. Eu não podia esperar outra atitude. Na relação entre os senadores não cabe outra atitude a não ser essa, marcada pela franqueza. Como o considero um homem de caráter, acolho sua manifestação e considero que ela sepulta os boatos.

SEGURANÇA PÚBLICA

Comissão promove segundo debate sobre imputabilidade penal a partir de 16 anos

Redução da idade penal divide opiniões

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou, na quinta-feira, mais um agitado debate sobre a proposta de antecipação da maioridade penal. A primeira reunião ocorreu em 30 de maio. Após as exposições dos convidados, os parlamentares apresentaram argumentos a favor e contra a alteração da idade penal de 18 para 16 anos em caso de crimes hediondos. A mudança, prevista em proposta de emenda constitucional acolhida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), está pronta para ser votada pelo Plenário.

Patrícia Saboya (PSB-CE), que tem se empenhado na luta contra a mudança, voltou a sustentar que a idade penal é protegida por cláusula pétrea da Constituição – ou seja, está entre os princípios que não podem ser modificados pelos legisladores. Ela salientou que crianças e jovens são negligenciados pela

sociedade, submetidos a toda forma de crueldade e violência, sem acesso aos direitos constitucionais básicos, como saúde, alimentação, educação e lazer.

Para Magno Malta (PR-ES), deve valer o Código Penal para crimes hediondos, não importando a idade do autor. Ele defendeu, no entanto, o cumprimento da pena, no caso dos

menores, em unidades especiais. Para reforçar sua argumentação, Malta lembrou a presença de um menor entre os autores do caso

Aprovada na CCJ, proposta está pronta para votação pelo Plenário

João Hélio, o menino que foi arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro preso ao cinto de segurança do carro dos pais, roubado pelos bandidos.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), conduziu a reunião sem emitir opinião, mesmo sendo contrário à emenda. Ao lado dos que condenam a redução, Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu melhores condições de vida e educação para os jovens,



Apresentação de Herilda (2ª à esq.) é acompanhada por Thereza, Paixão, Paim, Amaral e José Maria

embora com a ressalva de que “nem sempre a pobreza leva à criminalidade”.

Para Wilson Matos (PSDB-PR), a condição econômica não tem relação direta com a violência. Ele observou que, como “a vida é um direito inalienável”, quem mata precisa ser punido, sem importar a idade.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que é contra a emenda, classificou de “mentira demagógica” a

tese de que a criminalidade será reduzida com a mudança.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou a ênfase colocada nesse debate, enquanto – como lembrou – falta apoio à proposta por mais recursos para garantir escola em tempo integral para as crianças. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) opinou que a ênfase do debate deveria recair sobre a natureza do delito cometido, cabendo ao Judiciário apre-

ciar cada caso. A insistência no foco da idade, afirmou, só tende a acirrar as divergências.

Ideli Salvatti (PT-SC) manifestou convicção nas medidas socioeducativas para o enfrentamento da criminalidade. Disse ter chegado à conclusão depois de tomar conhecimento de dados referentes a seu estado, em que a maioria dos jovens infratores atendidos foram ressocializados, sem reincidir em novas infrações.

“Jovem deve ser responsabilizado”

Ao defender a redução da maioridade penal, o promotor de Justiça Tito Amaral admitiu que o sistema prisional é perverso, mas disse ser mais perverso ainda aquele que pratica um crime. Ele elogiou o conteúdo de proposta de emenda à Constituição, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que determina ensino em horário integral nas escolas brasileiras.

Mesmo defendendo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o promotor argumentou que é necessário tirar do meio social dos próprios adolescentes e jovens as pessoas que os matam, sejam os de 14 anos, de 17 anos ou de mais de 18 anos. Além da redução da maioridade, Amaral citou como propostas para diminuir a criminalidade o aumento do número de policiais e melhor tratamento das questões sociais.

Já o sociólogo e jornalista José Maria e Silva criticou duramente o Estatuto da Criança e do Adolescente, tachando-o de “machista”. Para ele, não basta reduzir a maioridade penal, mas é preciso também revisar o estatuto, que “trata de forma diferenciada meninos e meninas”.

Conforme José Maria, juízes brasileiros sustentam que meninas com 13 ou 14 anos são responsáveis pelos seus atos, quando se trata de relações sexuais, enquanto isentam meninos nessa idade e até mais velhos, mas menores de 18 anos, de responsabilidades por muitos crimes, por serem adolescentes.

– Esse raciocínio, que vale para as meninas de hoje, tem também que valer para os meninos. Se elas podem ser responsáveis pelo sexo que praticam precocemente, os meninos têm que ser responsabilizados pelas armas que dispõem – observou.

“Medida fere Constituição federal”

Na opinião do professor de Direito da Universidade de Brasília (UnB) Cristiano Paixão, a proposta de redução da maioridade penal “viola preceitos fundamentais da Constituição”. Na sua concepção, não se pode alterar o artigo 228 da Carta Magna, rebaixando a idade mínima da imputabilidade penal de 18 para 16 anos, porque esse item “é fruto de um contexto internacional e nacional de defesa da infância e da adolescência, não estando isolado”.

– É todo um tratamento constitucional que diz respeito à proibição do trabalho infantil e insalubre, que dá prioridade à educação, à cultura e à família. Todos esses núcleos estão envolvidos na proteção da infância e da adolescência. Portanto, regras de Direito Penal para adultos, segundo orientação do Direito Internacional, não podem ser aplicadas para crianças e adolescentes – disse.

Para a criminalista Herilda Balduino, que representou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no debate na CDH, o clamor pela redução da maioridade penal no país é estimulado por sentimento social de vingança abolido há séculos pelos códigos penais em todo o mundo.

Também argumentou contra a redução da maioridade a representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Thereza Delamare. Ela salientou que os jovens são mais vítimas do que patrocinadores da violência no país. Segundo observou, das 50 mil mortes por causas violentas que ocorrem no país por ano, 40% são óbitos de jovens na faixa de 15 a 18 anos. Para prevenir a violência, Thereza cobrou o reforço das políticas sociais.

– Várias crianças vão conviver com as ruas e cometer delitos porque lhes foi negada escola – opinou.

Idéias para controle de celular em prisão

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), Marconi Perillo (PSDB-GO), afirmou que o sistema de controle da comunicação dentro dos presídios, proposto por comissão interministerial coordenada pelo Ministério da Justiça, é seguro e será levado em conta nas contribuições a projeto sobre o assunto em discussão no Senado. A opinião foi expressa durante audiência na CI com membros da comissão interministerial. O relator da proposta (PLS 137/06), senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), também concordou com as conclusões do grupo.

Para impedir a entrada de celulares nos presídios, o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay, informou que a comissão apresentou propostas para a instalação de equipamentos de identificação e localização

dos aparelhos que já estejam ou venham a entrar nos presídios.

Raimundo Colombo (DEM-SC) disse que o Senado precisa decidir a questão de quem deve pagar pela instalação de equipamentos para o controle das comunicações nos presídios.

A necessidade de maiores in-

vestimentos em recursos humanos no sistema penitenciário foi destacada pelo tenente-coronel Benedito Donizetti, representante da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo. Também participou do debate o representante da Procuradoria da República, Aurélio Veiga Rio.



Marconi (C) preside debate com membros de comissão interministerial

Flexa Ribeiro quer instalação de bloqueador paga pelo Fistel

O senador Flexa Ribeiro, relator do projeto que determina o bloqueio do sinal de celulares em presídios, voltou a sugerir que os custos de instalação dos bloqueadores sejam pagos pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), e não pelas empresas de telefonia celular. Segundo informou, esse ponto – que modifica o texto original da proposta – constará do relatório que apresentará na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Flexa Ribeiro tem argumentado que, se forem obrigadas a implantar os bloqueadores, as operadoras vão repassar os custos aos consumidores. O senador Demostenes Torres, no entanto, apresentou em maio voto em separado para restabelecer o texto original do projeto (PLS 137/06), de autoria do então senador Ro-

dolpho Tourinho.

Demostenes, que foi relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, considerou que o relatório de Flexa Ribeiro, ao tirar a obrigação das empresas e a transferir para o Estado, estaria “na contramão do processo”.

– Quem tem de pagar são as empresas – frisou ele, em entrevista à Agência Senado.

Flexa Ribeiro informou que “haverá um excedente de R\$ 1,8 bilhão no Fistel”, destacando que os recursos seriam utilizados “uma única vez”, apenas para os presídios já existentes, pois os novos presídios já seriam criados com os sistemas de bloqueio.

O presidente da CI, senador Marconi Perillo, anunciou que o projeto poderá ser votado no dia 4 de julho.

CORRUPÇÃO Independência e integração entre órgãos ainda precisam de aperfeiçoamento, diz consultor

Estado tem vários meios de controle

Muitos dos casos recentemente constatados de malversação de dinheiro público talvez não tivessem se tornado de conhecimento da população se o Estado não dispusesse de mecanismos de controle da gestão e dos gastos dela decorrentes. A Constituição determina que devem existir tais mecanismos de controle e que eles têm de funcionar integrados.

O controle das contas públicas no Brasil não é novidade. Começou com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. Na ocasião, o príncipe re-

gente dom João VI lavrou alvará criando o Erário Régio e Conselho de Fazenda. Mas o controle tomou a feição atual com a iniciativa de Ruy Barbosa, por meio da criação, em 1891, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Hoje, a Constituição determina que o controle externo da administração pública é função do Poder Legislativo, com o auxílio do TCU. Estão sujeitos a esse controle todos os Poderes, inclusive o próprio Legislativo e o Ministério Público. Além disso, todos os órgãos da administração têm instâncias de controle inter-

no. Uma das mais relevantes é a Controladoria Geral da União (CGU), subordinada diretamente à Presidência da República.

Mas especialistas apontam como um dos problemas do controle interno o fato de que, muitas vezes, ele carece de independência em relação aos órgãos e servidores que deve fiscalizar.

– Na CGU, por exemplo, o ministro-chefe é subordinado ao presidente da República. É nome-

ado por ele e pode ser destituído por ele a qualquer momento – diz o consultor do Senado Francisco Eduardo Chaves, autor do livro

Fiscalização das contas públicas tem permitido a constatação de irregularidades

Controle externo na gestão pública.

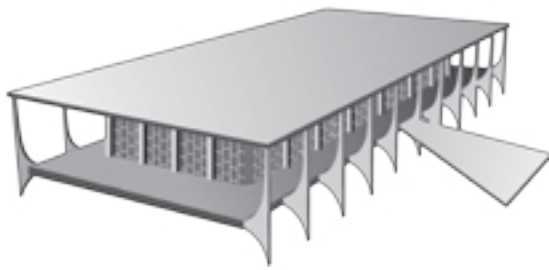
Outro problema, segundo ele, é que os diferentes órgãos poderiam conversar mais entre si, conforme manda a Constituição.

– Essa simbiose não ocorre nem com a frequência nem com a harmonia necessárias. O próprio Congresso poderia acionar

mais o TCU. Se não, fica fiscalizando de forma esparsa, por meio de CPIs, por exemplo.

Chaves afirma ainda que a função de todo órgão público de fiscalizar os gastos dentro da sua esfera de atuação às vezes não é posta em prática. Ele cita como exemplo convênios como os celebrados pelo Ministério da Saúde com o objetivo de repassar dinheiro a prefeituras. Sem a devida fiscalização, o dinheiro acabou empregado em ambulâncias superfaturadas, alvo da Operação Sanguesuga da Polícia Federal, deflagrada no ano passado.

EXECUTIVO



Banco Central do Brasil

Autoridade vinculada ao Ministério da Fazenda, tem entre suas atribuições fiscalizar o sistema financeiro. Pode funcionar como instrumento de coleta de informações bancárias de suspeitos de envolvimento em corrupção.



Receita Federal

Tem a função de arrecadar os impostos federais e as contribuições para a Previdência. Não está diretamente voltada para o controle do uso do dinheiro público, mas, em decorrência do seu trabalho de monitorar a renda de pessoas e empresas, pode se deparar, por exemplo, com dinheiro sem comprovação de origem, possivelmente oriundo de corrupção. Assim, pode acionar órgãos como a Polícia Federal para investigar suspeitas de crimes contra o erário ou ser acionada para fornecer dados sobre declarações de renda, em investigações sobre irregularidades no uso do dinheiro público.

Órgãos de controle interno

A exemplo da Controladoria Geral da União, os órgãos da administração pública têm instâncias internas de controle. No Senado, por exemplo, esse trabalho fica a cargo da Secretaria de Controle Interno, subordinada à Diretoria Geral da Casa.

Presidência da República

Controladoria Geral da União (CGU)

Compete à CGU auxiliar o presidente da República no que diz respeito à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, ao combate à corrupção, à ouvidoria e ao incremento da transparência da administração pública federal.

A CGU encaminha à Advocacia Geral da União os casos de improbidade administrativa e que recomendem a indisponibilidade de bens ou o ressarcimento ao erário. Pode ainda provocar o Tribunal de Contas da União, a Receita Federal, os órgãos de controle interno do Executivo, da Polícia Federal e do Ministério Público.

O órgão foi criado em 2001, inicialmente denominado Corregedoria Geral da União, mudando de nome em 2003.

Ministério da Justiça

Polícia Federal

Entra em cena nos casos em que o mau uso do dinheiro público configura crime. A PF não atua quando se trata simplesmente de mau uso do dinheiro em decorrência de má gestão. Segundo a Constituição, cabe à PF “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei”.

Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)

O Coaf foi criado em 1998, no âmbito do Ministério da Fazenda, para disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar ocorrências suspeitas de atividade ilícita relacionada à lavagem de dinheiro.

Para isso, pode requerer aos órgãos da administração pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas. O conselho comunica as autoridades competentes quando concluir pela existência de crimes, indícios ou qualquer outro ilícito.

Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (Siafi)

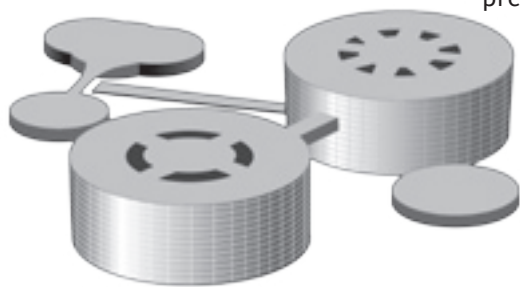
A Secretaria do Tesouro do Ministério da Fazenda desenvolveu o Siafi no final dos anos 80, em conjunto com o Serpro, para integrar os sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de controle interno do Poder Executivo e para fornecer informações gerenciais para todos os níveis da administração. Hoje o governo tem uma conta única para gerir, de onde todas as saídas de dinheiro ocorrem com o registro de sua aplicação e do servidor público que a efetuou.

MINISTÉRIO PÚBLICO

A ele cabe a defesa da ordem jurídica, ou seja, a observância e o cumprimento da lei, além de defender o patrimônio público e social. Para isso, pode recorrer ao Judiciário por meio de: ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade; representação para intervenção federal nos estados

e Distrito Federal; *habeas corpus* e mandado de segurança; inquérito civil e ação civil; ação penal pública; notificações ou requisições (de informações, de documentos e de diligências).

O Ministério Público da União (MPU) é chefiado pelo procurador-geral da República. Ele é, também, o procurador-geral eleitoral. Nomeado pelo presidente da República, após aprovação do Senado, ele escolhe o procurador-geral do Trabalho e o procurador-geral da Justiça Militar. Há ainda os ministérios públicos dos estados (MPes). O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) fiscaliza o MP.



Órgãos de inteligência

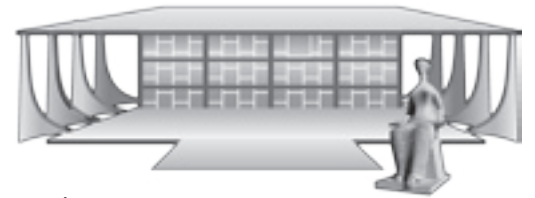
Os órgãos de inteligência têm a função de municiar os gestores públicos com informações que possam ter implicações para a segurança nacional. Ou seja, tais órgãos têm uma área grande de atuação e suas investi-

gações podem eventualmente revelar casos de mau uso do dinheiro público. É o caso, por exemplo, dos serviços de inteligência das Forças Armadas e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência.

JUDICIÁRIO

O Poder Judiciário julga os crimes contra o erário público apontados pelos órgãos de fiscalização, pela polícia e pelo Ministério Público. Em última instância o julgamento é feito pelo Supremo Tribunal Federal.

Compete ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fiscalizar o Judiciário, tanto na atuação dos juízes quanto na parte administrativa, sem prejuízo das atribuições do TCU (a quem compete fiscalizar toda a administração federal) e dos tribunais de contas dos estados.



LEGISLATIVO

Congresso

O Legislativo é incumbido pela Constituição de fiscalizar todos os Poderes - inclusive ele próprio. Além do TCU, órgão externo que auxilia no trabalho de fiscalização, o Congresso dispõe também de inúmeros instrumentos internos, como a Comissão Mista de Orçamento. Além de atuar na elaboração anual do Orçamento da União, cabe à comissão fiscalizar a sua execução.

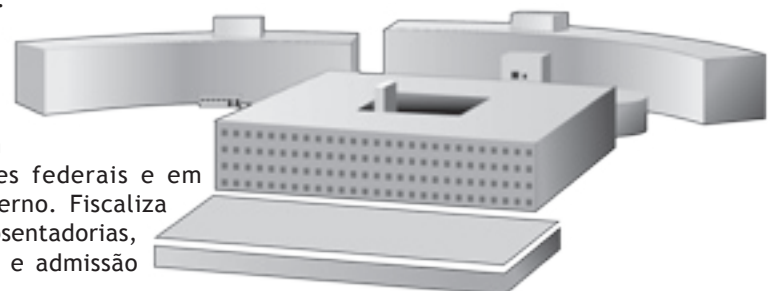
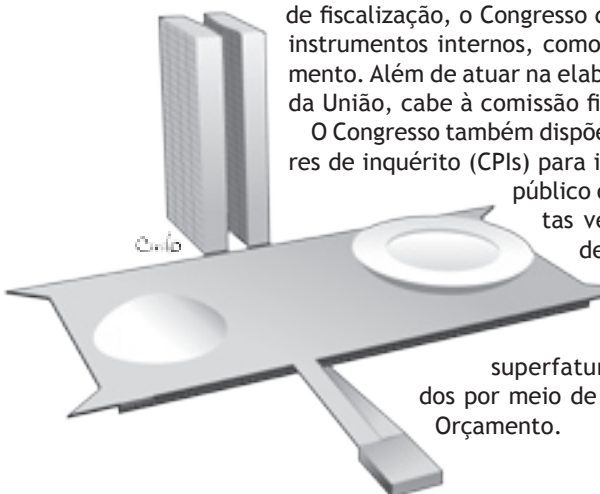
O Congresso também dispõe das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para investigar fatos de interesse público que podem envolver - e muitas vezes envolvem - o mau uso de verbas públicas. Foi o caso da CPI dos Sanguesugas, que investigou a compra de ambulâncias superfaturadas com recursos liberados por meio de emendas parlamentares ao Orçamento.

Tribunal de Contas da União

O TCU é um tribunal administrativo. Julga as contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiro e bens federais, bem como as contas de qualquer pessoa que cause perda, extravio ou prejuízo ao erário. Compõem o TCU nove ministros indicados pelo Congresso e três pelo presidente da República.

Cabe ao TCU fazer auditorias e inspeções rotineiras ou para apuração de denúncias em órgãos e entidades federais e em programas de governo. Fiscaliza concessões de aposentadorias, reformas, pensões e admissões

de pessoal no serviço público e as renúncias de receitas e de atos e contratos administrativos em geral. Ao constatar ilegalidade ou irregularidade em ato de gestão, o TCU fixa prazo para cumprimento da lei. No caso de ato administrativo, o TCU determina a sustação. Os estados brasileiros e alguns municípios têm tribunais de contas locais.



INVESTIGAÇÕES Na CPI do Apagão Aéreo, Silvia Pfeiffer acusa cúpula da Infraero. Relator vai checar denúncias

Empresária continua seu depoimento nesta terça

A empresária Silvia Pfeiffer, em depoimento à CPI do Apagão Aéreo na quinta-feira, confirmou denúncias de corrupção, feitas à Polícia Federal do Paraná, em contratos de mídia aeroportuária, obras e publicidade firmados entre a Aeromídia, da qual era sócia, e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), a partir de 2002. Os contratos eram relativos aos aeroportos de Brasília, Curitiba e Maceió e teriam sido superfaturados em mais de 100%, disse ela à CPI.

O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), informou que vai pedir a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Aeromídia e da empresária, segundo a qual isso comprovará pagamentos de propina feitos pela empresa.

A empresária, que sofre de hipertensão, passou mal e a reunião foi interrompida por uma hora e suspensa por ordem médica. O depoimento será retomado nesta terça-feira, às 10h.

Silvia Pfeiffer apresentou aos senadores diversos documentos para comprovar suas denúncias, entre eles cópias de contratos, depósitos bancários e fitas com gravações de conversas.

Todas as informações prestadas por ela terão de ser cheçadas e investigadas junto à Polícia Federal, Tribunal de Contas da União e Ministério Público, afirmou Demostenes.

Silvia Pfeiffer apontou irregularidades em contratos da Infraero com outras empresas e na compra de softwares para veiculação de publicidade nos aeroportos. E denunciou o envolvimento de políticos, como o ex-senador e ex-presidente da Infraero Carlos Wilson e o ex-prefeito de Curitiba Cássio Taniguchi, atual secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal. Eurico Loyo, assessor de Carlos Wilson, teria preparado licitações fraudulentas na Infraero. A CPI já aprovou requerimento para ouvir Loyo.

Comissão solicita cópias de 116 auditorias

Por iniciativa de Demostenes Torres, a CPI solicitará cópias de 116 auditorias do Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) em obras contratadas pela Infraero em aeroportos de 17 estados do país, 31 delas referentes aos aeroportos paulistas de Viracopos, Guarulhos e Congonhas. Os responsá-

veis pelas fiscalizações também serão ouvidos pelo colegiado.

A comissão decidiu ainda requisitar à Infraero histórico completo de recente licitação para aquisição de ônibus, relação completa de todas as empresas contratadas para a fiscalização de suas obras, além de cópias de perícia técnica relativa à aquisição de software



Aeroporto de Brasília, na semana passada: crise volta a lotar aeroportos e desafia as autoridades

De acordo com a empresária, a mídia aeroportuária funciona em cartel e várias empresas seriam privilegiadas em contratos com a Infraero. Ela apontou ainda envolvimento da agência do publicitário Duda Mendonça e da empresa Sá Publicidade, de Brasília, em anúncios irregulares dos Correios veiculados em espaços da Infraero.

A ex-sócia da Aeromídia garantiu não ter compactuado com as irregularidades que constatou e que a situação foi motivo de várias discussões entre ela e o sócio, Carlos Alberto Carvalho, que também era sócio de Cássio Taniguchi em uma empresa de consultoria política.

à empresa FS-3 e dos contratos e aditivos de arrendamento do estacionamento de automóveis em aeroportos.

A CPI debaterá com as autoridades do setor, em sessão reservada, a autorização de linhas aéreas acima da capacidade do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab) e dos aeroportos.

Embratel: cabe ao usuário a segurança no uso do satélite

A Embratel apenas fornece espaço em seus satélites para os usuários que contratam o serviço, mas eles próprios são responsáveis pela forma de transmissão e pela segurança na utilização do serviço, explicou o presidente da empresa, Carlos Henrique Moreira, à CPI do Apagão Aéreo, na quarta-feira. Moreira comparou o sigilo garantido por uma transmissão via satélite ao de uma linha de telefone.

Segundo o dirigente, a empresa tem uma rede de satélites e a Aeronáutica é uma das grandes usuárias de seus serviços, inclusive para controle aéreo. Já a forma como a rede é usada e configurada é de responsabilidade da Aeronáutica, afirmou.

– Prestamos serviço ao Ministério da Defesa da mesma forma que prestamos a outros usuários, como a TV Senado, que usa satélites da Embratel para retransmitir seu sinal para todo o Brasil. O satélite é um repetidor de microondas no ar,

como se fosse uma repetidora de celular. É apenas um espelho que retransmite as informações que o usuário envia, sejam imagens, sons, dados. O controle da segurança, da criptografia de dados e do sigilo da rede é feito pelo usuário. O sigilo está na origem da transmissão – afirmou.

Moreira disse ainda que a Embratel poderá fornecer uma nova tecnologia por satélite usada no controle de voo, a chamada banda L, se o governo brasileiro tiver interesse. A banda L facilita a orientação dos pilotos e melhora a qualidade das informações que hoje são conseguidas pelo Sistema de Posicionamento Global (GPS, de Global Positioning System). De acordo com Moreira, a Embratel está começando a fazer testes para que a tecnologia por satélite substitua a de radar no controle de voo, mas, por segurança, o sistema de radar sempre será mantido em funcionamento, mesmo que haja um sistema por satélite.



Silvia Pfeiffer confirmou denúncias feitas à Polícia Federal do Paraná



Carlos Henrique Moreira, da Embratel, acena com nova tecnologia de tráfego aéreo

Tião Viana e Demostenes sugerem aumento salarial

Os senadores Tião Viana (PT-AC) e Demostenes Torres (DEM-GO), respectivamente presidente e relator da CPI do Apagão Aéreo, sugeriram que o governo aumente os salários dos controladores de voo.

Para Viana, a situação nos aeroportos continua delicada e, apesar de problemas registrados na quinta-feira terem sido creditados a pane de 30 minutos em link de comunicação da Embratel, “há um problema disciplinar estabelecido nos aeroportos em relação ao comando” do controle aéreo.

– Todas as pessoas que viajam toda semana sabem que a crise dos aeroportos se repete todos os dias. Muitos cidadãos ficam horas dentro das aeronaves sem saber a razão – disse.

O problema que está na origem de todos os outros, segundo Tião Viana, é que “existe uma crise de definição da política salarial

dos controladores”. A situação impõe sérios prejuízos à sociedade, acrescentou, pedindo que o comando da Aeronáutica se posicione na CPI sobre o problema salarial dos controladores.

Já para Demostenes, a infra-estrutura aeroportuária é deficiente e há necessidade de ampliar aeroportos e pistas de pouso, mas, segundo ele, a crise do momento é gerada pela questão salarial dos controladores de voo.

– Por mais que eles neguem essa intenção salarial, sabem que o grave problema é esse – afirmou.

O relator avalia que “é humano” que controladores militares queiram ganhar como os civis que fazem o mesmo serviço e ganham mais. “É evidente que a operação-padrão é uma forma de pressão para resolver esse problema. Quem paga o pato é o consumidor.”

“Equipamentos de controle não são obsoletos”

O diretor-geral do Departamento de Controle de Espaço Aéreo (Decea), brigadeiro Ramon Borges Cardoso, declarou à CPI do Apagão, na quarta-feira, que os equipamentos de rádio e radar utilizados no controle de voo do país “não são obsoletos”.

Ao ser questionado pelo presidente da comissão, Tião Viana (PT-AC), sobre a eficiência do sistema, o brigadeiro respondeu que os equipamentos apresentam “um nível mundial de tecnologia” e que ocorre o mesmo com os softwares nacionais.

A João Pedro (PT-AM), o diretor disse que “passou-se a ter um cuidado muito maior com o número de tráfegos controlados, o que levou à redução do número de vôos existentes”.

Maior problema é falta de profissionais

O brigadeiro avaliou, em resposta a Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que o “grande problema” do sistema de tráfego aéreo do país é a falta de pessoal,

que já vem limitando também o aumento do número de vôos, principalmente em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje haveria um déficit de 600 profissionais, disse.

De acordo com o diretor-geral do Decea, as instalações do sistema de controle de tráfego aéreo permitem monitorar um número ainda maior de aeronaves do que o atual, mas a falta de profissionais impede que isso ocorra. Atualmente, a capacidade de controle é de aproximadamente 4 mil vôos por dia.

– A nossa capacidade instalada, porém, é maior – reiterou o brigadeiro, acrescentando que os pedidos de novos vôos feitos pelas companhias são analisados pelo Decea e pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O diretor negou que a falta de pessoal resulte em sobrecarga de trabalho para os atuais controladores. A carga é de 156 horas por mês para cada profissional, informou.

COMISSÕES

Inadimplência alta explicaria taxas de juros

Ao participar do debate sobre concentração bancária na CAE, o líder do PSB, senador Renato Casagrande (ES), questionou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre a participação do item "inadimplência" na composição das taxas de juros cobradas pelos bancos em empréstimos. Segundo Casagrande, esse item corresponde, em média, a 33% do spread bancário (a diferença entre a taxa de rendimento oferecida por um banco a investidores e a taxa cobrada por esse mesmo banco para conceder empréstimos).

– Qual a razão disso, se a inadimplência não é tão alta? – perguntou.

Os dados com que o Banco Central (BC) lida, respondeu Meirelles, indicam que a inadimplência é de fato alta e que as razões para ser levada em conta na composição dos juros são dificuldade de cobrança, falta de incentivo aos adimplentes e aumento acelerado do crédito.

O BC "não tem a função ou a tarefa de controlar preços", afirmou ainda Meirelles, ao ser questionado sobre as altas tarifas cobradas pelos bancos.

CAE discutirá propaganda de bebidas alcoólicas

Os limites legais da propaganda de bebidas alcoólicas serão tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em data a ser marcada. Devem participar como convidados representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), entre outros.

Para Jefferson Péres (PDT-AM), que requereu o debate, "a Anvisa promoveu diversas consultas públicas, colocando em discussão resolução estabelecendo novas regras e obrigações, o que está em claro desacordo com a Lei Maior".

Para o senador, é indiscutível a necessidade de debater a propaganda de alimentos e bebidas

Eduardo Suplicy (PT-SP) citou ao presidente do BC um estudo da empresa de consultoria Austing Rating, segundo o qual as receitas das instituições bancárias com tarifas aumentaram cerca de oito vezes desde a implantação do Plano Real, em 1994, atingindo o montante de R\$ 52,8 bilhões no ano passado. Para Suplicy, esses dados indicariam um aumento da concentração do setor bancário.

Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em crítica ao BC, disse que a instituição adotou uma "atitude passiva" e estaria tolerando as tarifas praticadas pelos bancos.

Meirelles, em contrapartida, argumentou que o sistema jurídico que trata do sistema financeiro "não prevê o tabelamento ou o controle de preços por parte do Banco Central ou de nenhum outro órgão público".

– Vivemos em um sistema de livre mercado – lembrou ele aos senadores.

Ao final da audiência pública, a CAE decidiu realizar novo debate, desta vez sobre tarifas bancárias, com o presidente da Federação Brasileira de Bancos, Fábio Colletti Barbosa, e diretores dessa entidade.

alcoólicas, "mas é necessário que a Constituição federal seja observada e a discussão ocorra no Congresso Nacional, que é o fórum próprio, bem como a instituição competente para legislar sobre a matéria".

Jefferson sugeriu a presença de Dirceu Raposo de Mello, presidente da Anvisa; Gilberto Leifert, presidente do Conar; Dalton Pastore, presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap); Flávio Cavalcanti Filho, da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Gustavo Moraes, da Câmara Americana de Comércio (Amcham); e Rafael Sampaio, vice-presidente executivo da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA).



Controle ou tabelamento das tarifas bancárias não é função do Banco Central, segundo Meirelles

Meirelles vê baixa concentração bancária

O índice de concentração bancária no Brasil é bem menor do que o da Suécia, Portugal e Suíça. A comparação foi feita pelo presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). No Brasil, disse ele, esse índice é "relativamente baixo".

Ao requerer o debate, o líder do PSB, Renato Casagrande (ES), apontou que a entrada de instituições estrangeiras no país não resultou em maior competitividade no setor, "os juros bancários continuaram altos e, além da elevação dos valores das taxas dos serviços bancários existentes, foram criadas outras tantas". Daí os três maiores bancos do país (Bradesco, Banco do Brasil e Itaú) terem ampliado de 37% para 49% a concentração de depósitos entre 1994 e 2006.

Segundo Meirelles, no entanto, a concentração bancária é maior em países com taxas de juros menores que as praticadas no Brasil, como África do Sul, Alemanha, Espanha, França, México e Reino Unido, entre outros. No Brasil, comparou, as três maiores instituições detêm 45% do mercado financeiro nacional; na Suécia, os três maiores bancos teriam 95% do mercado; na Alemanha, 65%; no México, 62%; e no Reino Unido, 49%.

O presidente do BC avalia que

a economia brasileira vai bem e defendeu, mais uma vez, que o país mantenha baixos os índices de inflação. Para ele, países que crescem de forma sustentada são os que têm inflação baixa e estável, o que colabora também para preservar a renda e o poder de compra dos salários, além de aumentar o crédito e o prazo de financiamento.

Por meio de gráficos, Meirelles detalhou aos senadores a queda gradativa da taxa Selic (os juros básicos da economia, hoje fixados em 12% ao ano), o que para ele é uma demonstração de estabilidade econômica.

O presidente do BC registrou ainda que a previsão de crescimento para o Brasil este ano é de 4,4% do PIB. A estabilidade econômica está muito mais consolidada, com aumento no consumo e nos investimentos.

Meirelles afirmou que o BC não tem a função de controlar preços, mas apenas a de criar normas macroeconômicas que dêem



Presidente do BC afirma que economia vai bem, mas deve manter inflação baixa



Eduardo Suplicy



Renato Casagrande

mais transparência ao mercado. Ele foi convidado pela comissão para fazer a prestação de contas trimestral, dar esclarecimentos sobre medidas tomadas para reduzir a concentração bancária e falar sobre os valores e números de tarifas bancárias criadas nos últimos anos no Brasil.

Economista propõe novo fundo para viabilizar reforma tributária



Professor da FGV sugere um fundo de equalização fiscal para reduzir desigualdades

A proposta de criação de um fundo de equalização fiscal foi apresentada à Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, em audiência na última quarta-feira, pelo professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fernando Rezende. O objetivo do fundo seria equilibrar a repartição dos recursos tributários entre os vários entes da Federação e reduzir as desigualdades regionais.

A idéia do professor agradou o presidente da subcomissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE). A proposta pretende substituir dentro de um período de transi-

ção – cuja primeira etapa seria de cinco anos – os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) e os outros fundos constitucionais, inclusive as compensações financeiras aos exportadores, pelo novo fundo, que teria como base de sustentação os recursos do imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA-F). Rezende já vem discutindo essa proposta com os secretários de Fazenda dos estados, que encomendaram o estudo à FGV.

O professor também disse na audiência que apóia a idéia do governo Lula de criar dois IVAs,

um federal e outro estadual (agrupando o ICMS dos estados e o ISS dos municípios).

A outra participante da audiência, a professora Maria Helena Zockun, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), apresentou proposta de mudança radical no sistema tributário brasileiro.

Os nove tributos que respondem por 77% da arrecadação total do país seriam fundidos em apenas dois sobre valor adicionado. Só que não haveria distinção entre federal e estadual. O primeiro incluiria ICMS, ISS, IPI, Cofins, PIS/Pasep e Simples

e teria alíquota única de 12%. A receita seria compartilhada entre os vários entes da Federação. O outro tributo seria sobre a renda e substituiria o Imposto de Renda, a CSLL e as contribuições previdenciárias, adotando alíquota uniforme de 17%.

Para tanto, ela propõe uma fase de transição com cortes drásticos nos gastos da Previdência e de pessoal, contenção nas despesas de custeio e outras providências capazes de redimensionar a carga tributária para 28% do PIB (em 2005 era 34%, pelos números que apresentou).

PLENÁRIO

Saída para crise aérea é o diálogo, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo na sexta-feira para que o governo abra negociação com os controladores de voo a fim de encontrar uma saída para a crise aérea, que na semana passada voltou a prejudicar passageiros em todo o país. Paim lembrou o acidente com o avião da Gol, em setembro do ano passado, e afirmou que não se pode colocar nos controladores toda a culpa pela crítica situação do setor. Na sua avaliação, há uma resistência para reconhecer problemas no sistema de controle aéreo, que classificou de obsoleto, e dificuldades decorrentes dos baixos salários da categoria.

– É aquela coisa: a culpa sempre cai sobre a parte mais fraca, nesse caso, os controladores. Não querer dialogar não ajuda. Para o bem da segurança nos aeroportos e nos vôos, é preciso dialogar – sugeriu.

Segundo Paim, o presidente



Senador defende negociação também com grevistas do Ibama e do Incra

do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, Jorge Botelho, informou estar há meses buscando um canal de comunicação com o governo. O parlamentar solidarizou-se ainda com o sargento Carlos Trifilio, presidente da Federação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo, condenado pela Aeronáutica a cumprir pena de

prisão por declarações feitas à imprensa. Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que a crise é decorrente da total incapacidade gerencial do governo.

Paulo Paim estendeu o apelo em favor do diálogo aos casos envolvendo os servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que se encontram em greve. Serys Slhessa-

renko (PT-MT) observou que a greve no Ibama não tem como foco o salário, mas a decisão do governo de transferir parte das atribuições do órgão ao recém-criado Instituto Chico Mendes. Já Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou ter alertado para problemas na área quando foi aprovada a Lei das Florestas, à qual se opôs.

Virgílio ataca contribuição compulsória a partidos

Com citações e referências ao salto de arrecadação que o PT conseguiu durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou que apresentará projeto de lei para proibir o repasse compulsório de contribuição em dinheiro, para partidos políticos, retirada de salários de funcionários públicos.

– É o fim da picada. Segundo o jornalista Fábio Zanini, da Folha de S. Paulo, houve um aumento de 545% de arrecadação do PT nesses quatro anos. Meu projeto prevê penas de reclusão de um a três anos, mais multa, a serem aplicadas tanto para quem fizer

a contribuição, quanto para o partido que exigiu-la – afirmou.

Para o senador, a recente criação de 626 cargos de confiança no Executivo pretende “engordar” ainda mais essa contribuição, mediante a arrecadação de recursos dos salários de funcionários do Executivo e do Legislativo. Virgílio classificou ainda a criação da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo de “monumental inchaço da máquina” por representar grande desperdício de dinheiro público ao criar dezenas de novos cargos de confiança.

Arthur Virgílio homenageou o prefeito de Curitiba, Beto Richa, por ter sido escolhido “Perso-



Projeto de líder tucano se baseia em acusação de que a prática engordou o caixa do PT

nalidade do Ano de 2007” pela Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba, e parabenizou o Exército brasileiro pela iniciativa de formar duas novas unidades no Amazonas, uma em Barcelos e outra em Santa Isabel do Rio Negro.

Mão Santa critica nomeações de cargos de DAS

Mão Santa (PMDB-PI) criticou, na última sexta-feira, a medida provisória (MP) editada pelo governo que cria 626 cargos de livre nomeação do tipo DAS (Direção e Assessoramento Superiores), dos quais 83 serão destinados à nova pasta da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, da Presidência da República.

O senador fez um apelo para que as lideranças governistas “recolham” a MP, que deverá elevar

para 22 mil o número de vagas de DAS. Ele disse que o dinheiro que o governo gastará com o pagamento para os novos DASs poderia ser utilizado na segurança pública, para diminuir o índice de violência no país, e na melhoria dos hospitais públicos.

Mão Santa chamou de “pilantres e aloprados” os integrantes do PT que entram nesses cargos, com altos salários, enquanto médicos e outros profissionais

com formação sólida recebem rendimentos insignificantes. Ao comparar as nomeações do governo com a situação em outros países, ele frisou que na Alemanha, por exemplo, não se nomeia dessa forma.

Os DASs são usados para remunerar os encarregados das funções de comando e gerenciamento do governo. Na última semana, houve um reajuste dessas funções, de 30,5% a 139,7%.

Mozarildo alerta para risco de febre amarela

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) aconselhou os brasileiros que forem à Copa América de Futebol – que começa na próxima semana na Venezuela – a se vacinarem contra a febre amarela. Ele informou que a vacina é de graça e pode ser tomada em todos os postos de saúde espalhados pelo país.

O senador, que é médico, afirmou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já alertou para o fato de que os riscos de contaminação e propagação da moléstia devem aumentar

em virtude do número elevado de turistas que viajarão para a Venezuela, por conta da Copa América. Ele observou que a doença pode levar ao óbito.

O parlamentar informou que a fronteira entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana é zona de risco da doença. Por isso, acha necessária uma campanha de alerta para a vacinação.

Mozarildo lembrou também que a Venezuela é assolada pelo vírus tipo 4 da dengue, variante ainda não disseminada no Brasil.

Serys pede asfaltamento de rodovia em Mato Grosso

Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu o asfaltamento da BR-163, que liga a cidade de Guarantã do Norte (MT) a Santarém (PA). A obra deverá diminuir em 35% os custos de transporte da produção, observou.

Por outro lado, a senadora admitiu que são boas as perspectivas em relação à rodovia que corta cerca de 14,5% do território nacional – numa região onde vivem em torno de 2 milhões de habitantes: recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deverão ser investidos na estrada entre 2007 e 2010, informou.

Trechos da rodovia ainda não têm licença ambiental, afirmou, mas setores da sociedade civil do norte de Mato Grosso se organizaram e prepararam um estudo detalhado sobre o asfaltamento, enviado aos ministros dos Transportes, Alfredo Nasci-

mento, e da Casa Civil, Dilma Rousseff.

– É a sociedade organizada se mobilizando para ajudar o governo a destravar o país.

Serys contou ainda que, no início deste mês, visitou o norte de Mato Grosso, onde se reuniu com lideranças rurais e conheceu projetos de geração de emprego e renda para a região. Ela defendeu a organização de médios produtores em cooperativas, para que eles possam atuar também na industrialização e comercialização dos produtos.

Em outro registro, Serys informou ter participado de solenidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para marcar o início da informatização dos processos judiciais.

– É o Brasil que ganha; é o STF que ganha; são os brasileiros e as brasileiras que precisam da Justiça que ganham – disse.

Mesquita Júnior destaca 45 anos de existência do Acre

Os 45 anos da transformação do Acre em estado foram registrados na tribuna por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). A região foi incorporada ao Brasil em 1903, na condição de território federal, e elevada à categoria de estado em 15 de junho de 1962.

O senador ressaltou a importância da migração nordestina. Desde fins do século 19, atraídos pelo comércio da borracha, os nordestinos passaram a trabalhar como seringueiros.

Inauguração de biblioteca popular

Mesquita Júnior anunciou o lançamento, na quinta-feira passada, no Acre, da Biblioteca Popular. O objetivo da iniciativa é oferecer livros gratuitos à população do estado. Segundo

ele, estão sendo reeditados clássicos da literatura brasileira que já estão sob domínio público e também obras de autores regionais. Os livros são impressos pela Gráfica do Senado.

O senador referiu-se ainda a debate, na última quinta-feira, sobre a redução da maioridade penal. Ele disse que busca “ver a questão fora dessa estreita visão de que devemos reduzir a idade penal ou mantê-la”.

– Acho que o foco está equivocado. O problema não é a idade – afirmou, dizendo que “a idade deve influir no cumprimento da pena caso haja condenação”.

Por meio de apartes, Mesquita Júnior recebeu o apoio de Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Adelmir Santana (DEM-DF).

Adelmir Santana resalta Prêmio Paulo Gontijo

Adelmir Santana (DEM-DF) registrou a entrega do 1º Prêmio Paulo Gontijo 2006/2007, na categoria Medicina, ocorrida no dia 20 deste mês. O prêmio, informou, é um incentivo às pesquisas que promovam o avanço da descoberta da causa e da cura da Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA).

Conforme o senador, o objetivo do prêmio é incentivar a produção científica nas áreas da Física, Bioquímica, Matemática e Medicina. A ELA é uma doença que provoca diversas limitações físicas, uma vez que afeta toda a musculatura estriada, incluindo a musculatura dos membros de deglutição e de respiração.

Gilvam Borges defende orçamento impositivo

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu na última sexta-feira a adoção do orçamento impositivo. Para o senador, os escândalos que ocorrem no Congresso partem da Comissão Mista de Orçamento, que, avalia, precisa mudar seu modo de funcionamento.

– Os parlamentares não podem ficar com pires na mão, mendigando recursos para o Executivo. O orçamento deve ser enxuto e com recursos garantidos – disse Gilvam, cujo discurso foi apoiado pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Paulo Paim (PT-RS).

Por esse método, lembrou Gilvam, os recursos, após aprovados pelo Congresso, seriam automaticamente garantidos e liberados pelo Executivo para os estados e municípios.

Voz do Leitor

ANALFABETISMO

“Como presidente do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Cônego Esler de Queiroz, em Areia Branca (RN), desejo parabenizar o senador Cristovam Buarque por sua luta para acabar com o analfabetismo no país em cinco anos.”

Carlos Alberto Bezerra Júnior, de Areia Branca (RN)

ESTRADAS

“Estou muito insatisfeito com as péssimas condições de tráfego na BR-226, que liga a cidade de Barra do Corda (MA) a Presidente Dutra (MA). São 100 quilômetros de buracos, onde acontecem muitos assaltos e acidentes com vítimas fatais. Solicito que os senadores do Maranhão, se possível, tomem uma providência.”

Gildásio Brito dos Santos, de Barra do Corda (MA)

ÁLCOOL

“Fiquei satisfeito com a visita do presidente norte-americano George W. Bush ao Brasil, que marcou o início de uma aliança entre os dois países para incentivar o uso do álcool combustível. É de interesse do Brasil e dos Estados Unidos promoverem o produto como substituto da gasolina, com o duplo objetivo de diminuir a dependência do petróleo e reduzir a emissão de gases que contribuem para o aquecimento global.”

Murilo Medeiros, de Brasília (DF)

MEIO AMBIENTE

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei que vise punir mais severamente quem cometer crimes contra o meio ambiente.”

Ailton Pereira Viana, de Pedra do Anta (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

CORREIOS

“Venho demonstrar minha insatisfação com os postos dos Correios de minha cidade, que simplesmente deixam de funcionar nas vésperas de feriados. Solicito que os senhores senadores façam alguma coisa para evitar a continuidade destes episódios constrangedores.”

Reginaldo Zucoloto, de Vendas do Imigrante (ES)

ELEIÇÕES

“Sugiro que as eleições devam acontecer em 2008 e os prefeitos e vereadores tenham mandato até 2010, unificando assim as eleições municipais às federais.”

José Francisco das Graças, de Ouro Branco (MG)

MEIA-ENTRADA

“O ex-senador Sérgio Cabral, quando era presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), aprovou a Lei 2.519/96, que permite meia-entrada para estudantes. Agora, como governador do estado, sanciona a Lei 5.029/07, que suspende o direito dos estudantes de pagar meia-entrada nos Jogos Pan-Americanos. E o que faremos com o artigo 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal, segundo o qual a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada? Jogamos no lixo?”

Fábio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)

ESCÂNDALOS

“Estou indignado com os escândalos que vêm ocorrendo no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente deveria colocar pessoas idôneas para assumir cargos públicos.”

Sebastião Pereira de Oliveira, de Iaciara (GO)

Ambiente legal

Os rituais familiares fazem bem à saúde. Simples rotinas como reunir-se para a refeição diária ou ficar ao lado do filho esperando que ele durma, assim como celebrações de Natal, aniversários, almoços de domingo, são importantíssimas para a saúde física e emocional de todos os membros da família. Essas conclusões constam de estudo coordenado por Barbara H. Fies, da Universidade de Syracuse (EUA).

Novo alerta sobre aquecimento

Um grupo de seis renomados cientistas prevê que o nível dos oceanos subirá vários metros até 2100, em vez dos 40 centímetros estimados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU. Os pesquisadores norte-americanos – liderados

por James Hansen, diretor do Instituto Goddard de estudos Espaciais da Nasa – advertem que a Humanidade tem apenas dez anos para aplicar as duras medidas necessárias para reduzir as emissões de gases-estufa e evitar a elevação das temperaturas do planeta.

Música em defesa da Terra

O ambientalista Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, acredita que os concertos Live Earth, em 7 de julho, marcarão o início de uma grande mobilização para enfrentar o aquecimento global. O concerto brasileiro, que ocorrerá em Copacabana, no Rio, a partir das 16h, com acesso gratuito, será transmitido pelo canal Multishow. No dia seguinte, a Rede Globo exibirá um programa especial. Devem se apresentar no Rio grandes nomes da música



ANA ROJAS/FOLHA IMAGEM

internacional, como Macy Gray. Entre os artistas nacionais, Maria Rita (foto), Vanessa da Mata, Jorge Ben Jor, Xuxa, O Rappa, Marcelo D2, Seu Jorge, Adriana Calcanhoto e Alcione.

SOBRE DUAS RODAS - O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defende o incentivo ao uso de bicicletas, como ocorre na Europa, onde os cidadãos podem apanhar o veículo (colocado à sua disposição) em um local e deixá-lo em outro. Uma nova invenção suíça busca também facilitar o trânsito nas cidades e reduzir a poluição. Trata-se de um patinete elétrico, o Easy-Glider, que alcança 20 km/h e tem autonomia de até 25 quilômetros.

ENERGIA DO MAR - A empresa britânica AWS Ocean Energy desenvolveu uma bóia submarina que retira energia das ondas a 50 metros abaixo da superfície. Segundo a empresa, a energia elétrica para abastecer uma cidade de 55 mil habitantes necessitará de uma área de meio quilômetro no fundo do mar, coberta por 100 bóias.

COMPRA E SATISFAÇÃO - Os gastos excessivos têm pouco a ver com o que a pessoa está comprando e tudo a ver com a falta de satisfação. Quem diz isso é a psicóloga Angélica Rodrigues Santos, especialista em Finanças Comportamentais. Para ela, raramente o objeto comprado é algo realmente necessário. “Pense nisto na hora de gastar”, adverte.

Frases

“Este é um processo esquizofrênico que não tem nada a ver com quebra de decoro. Eu disse que não ia renunciar. A questão não é nem de gramática, é de princípio, não arredarei o pé”

Renan Calheiros, reiterando que não pretende renunciar à Presidência do Senado.

“Quando o jogo se transformou em luta para ver quem vai colocar a coroa na cabeça [referência a uma eventual disputa pela Presidência do Senado], percebi que era melhor renunciar”

Wellington Salgado, ao justificar decisão de não ser relator da representação no Conselho de Ética contra Renan Calheiros.

“Foi uma decisão equilibrada. A única saída para o senador Renan e o Senado é a transparência total”

Tasso Jereissati, sobre a decisão do Conselho de Ética de adiar a votação do relatório referente a Renan Calheiros.

“A pressa que parecia ser amiga da absolvição não é. A cautela é a amiga dos fatos”

Renato Casagrande, sobre o adiamento da votação do processo contra Renan.

“É preciso compreender que há uma batalha política de setores conservadores que não aceitam o fortalecimento do presidente Lula”

Inácio Arruda, pedindo cautela ao Conselho de Ética na votação do relatório sobre a representação do PSOL contra Renan Calheiros.

“O ministro Mantega disse que a crise aérea é sinal de prosperidade. O governo finge que não existe caos”

Eduardo Azeredo, criticando a posição do governo diante da crise no setor aéreo.

“Se há culpado, a culpa sempre cai sobre a parte mais fraca, nesse caso, os controladores. Não querer dialogar não ajuda. Para o bem da segurança nos aeroportos e nos vôos, é preciso dialogar”

Paulo Paim, em apelo para que o governo abra negociações com os controladores de voo.

Foto da Semana

Soldado do Batalhão da Guarda Presidencial participa da segurança da visita da comitiva da República Dominicana ao Senado e permanece impassível à frente do telão sintonizado na TV Senado, no salão azul da Casa. A projeção incide sobre o seu rosto, enquanto, ao fundo, aparece a imagem do senador comunista Inácio Arruda



GERALDO MAGELA

Rádio explica Supersimples

No próximo 1º de julho entra em vigor a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que simplificará o pagamento de tributos para pequenas empresas com o Supersimples e também criará maiores facilidades de crédito, formação profissional e reciclagem em tecnologia e administração.

O Senado Economia, nesta segunda-feira, às 8h30, entrevista o economista André Spinola, consultor do Sebrae, que fala sobre as mudanças introduzidas pela lei e a importância da micro e pequena empresa no Brasil e nas economias mais fortes do mundo, e orienta os pequenos empresários a usufruírem essa nova realidade.

Avanços contra a homofobia

Também nesta segunda, a Rádio

Senado debate o projeto de lei que torna crime o preconceito de gênero e orientação sexual e estabelece pena de até cinco anos de cadeia. A matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados e está em análise no Senado.

Para saber o que determina a proposta e os avanços dos direitos da população GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros), o Conexão Senado discute o assunto nesta segunda-feira, ao meio-dia.

No sábado, às 15h, o programa



ANA VOIPE

Pequena confeitaria, em Brasília: lei irá simplificar pagamento de tributos

ma Autores e Livros entrevista o escritor Antonio Torres, autor de *Essa terra* (1976) e *O cachorro e o lobo* (1997), entre outras obras. Em 2006, com *Pelo fundo da*

agulha, Antonio Torres aborda o tema do nordestino que se desloca para a metrópole, mas mantém em si a natureza do agreste rural.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Tesouros da arte sacra na formação de Alagoas

ALEXANDRE GUIMARÃES

Três brilhantes ensaios de especialistas em arte compõem o livro *Arte sacra de Alagoas: um tesouro da memória*, volume 75 das Edições do Senado Federal. Impressa em papel couchê, a publicação é enriquecida com várias fotos coloridas de obras representativas da arte do sagrado no estado de Alagoas.

"A fé, a capela e os santos", ensaio de Douglas Apratto Tenório, discorre sobre a arte sacra e a formação de Alagoas. Tenório traça as origens das antigas cidades e mostra que "nenhuma vila, nenhuma cidade, nenhum lugarejo, por mais longínquo que estivesse, ficou sem alguma recordação, alguma influência da arte religiosa".

Leda Maria de Almeida apresenta o panorama da chegada dos missionários ao Brasil no século 16 em seu ensaio "A sacralização dos trópicos". Já os primeiros questionamentos sobre os índios serem humanos, após a chegada dos primeiros exploradores e a posterior chegada dos jesuítas e dos primeiros cristãos, destacam a relevância da Igreja Católica na conquista portuguesa de sua

colônia na América.

O último ensaio, "E, no sétimo dia, descansou...", de Cármen Lúcia Dantas, mostra inicialmente a construção do acervo sacro pela Igreja. "Fiéis às orientações do Concílio de Trento (1545-1563), os representantes de Cristo usavam as diversas manifestações artísticas: o teatro, a música, a escultura, a pintura, como recursos de conquista para o convencimento do



REPRODUÇÃO

credo que estavam trazendo de além-mar". Cármen Lúcia destaca a relevância dos franciscanos na arte sacra alagoana e analisa algumas das principais obras sacras do estado.

Arte sacra de Alagoas consegue abordar profundamente o tema em pouco mais de cem páginas. Ao leitor, cria o prazer de ler um texto fluente e esclarecedor, ao mesmo tempo que encanta pela preciosidade das obras apresentadas a cada ilustração.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *A arte sacra de Alagoas: um tesouro da memória*, de Douglas Apratto Tenório, Leda Maria de Almeida e Cármen Lúcia Dantas pode ser adquirido por R\$ 20. Para mais informações, e-mail livros@senado.gov.br ou telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Livro reúne entrevistas com Renato Archer

Em solenidade na Biblioteca do Senado, foi lançado na quarta-feira o livro *Renato Archer: energia atômica, soberania e desenvolvimento*. O livro reúne entrevistas feitas com o primeiro titular do Ministério da Ciência e Tecnologia, no governo José Sarney, nas quais o então ministro deu seu testemunho sobre a história da política científica no Brasil, com destaque para os desafios inerentes à busca da autonomia tecnológica. O livro foi elaborado pelo historiador João Carlos Vitor Garcia e pelo jornalista Álvaro Rocha Filho.

Falecido em 1996, o maranhense Renato Archer não era um cientista ou engenheiro de profissão, mas mesmo assim tornou-se referência no debate científico nacional como defensor do



GERALDO MAGELA

Em solenidade no lançamento da obra, Sarney (E) destaca espírito público do ex-ministro da Ciência e Tecnologia, falecido em 1996

programa nuclear brasileiro, com participação ativa nos eventos relacionados à política científica e tecnológica realizados entre as décadas de 50 a 90.

José Sarney (PMDB-AP), pre-

sente ao evento, assinalou a contribuição do ex-ministro e o "grande espírito público e o grande patriotismo" de Archer quando implantou o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Lançado filme sobre geógrafo Milton Santos

O documentário *Encontro com Milton Santos*, ou o mundo global visto do lado de cá foi lançado na terça-feira passada, no Auditório Petrônio Portela, do Senado.

O diretor, cineasta Silvio Tandler, aborda o tema da globalização sob a perspectiva das periferias de cidades, países e continentes, tendo como base uma entrevista feita com o geógrafo Milton Santos poucos meses antes de sua morte, ocorrida em junho de 2001.

O filme de 89 minutos foi o vencedor na categoria Júri Popular no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, em 2006.

Alimentação saudável é tema de palestra

"A boa alimentação é a base da vida saudável" é o tema da palestra que a Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (Sams) promove nesta segunda-feira, às 15h. O evento, que será realizado no auditório da secretaria, é aberto aos servidores do Senado e aos seus dependentes.

Serão abordados, entre outros assuntos, o resgate da cultura da alimentação caseira; a substituição de alimentos calóricos e o benefício da escolha saudável; e rótulo dos alimentos e a escolha correta.

Arquivo aberto

Em 2002, há cinco anos, foi instalado o Conselho de Comunicação Social. A imagem ao lado é do fotógrafo Geraldo Magela e publicada no *Jornal do Senado* de 26 de junho de 2002. Nela, o presidente do conselho, José Paulo Cavalcanti, cumprimenta o presidente do Senado, Ramez Tebet, observados pelo senador Ricardo Santos, então presidente da Comissão de Educação. Em programa na Rádio Senado, Santos disse que o conselho deveria orientar os meios de comunicação a cumprirem o seu papel social, "o de buscar uma programação de rádio e TV que vise à educação, que vise à educação de crianças e adolescentes, uma programação que seja voltada para a cultura regional e local, valorize a cultura regional e local. Uma programação adaptada às diversas fases de crianças e adolescentes, uma programação que venha a contribuir para a não-violência, para que a gente possa finalmente construir uma sociedade mais harmoniosa".



GERALDO MAGELA

25 de junho — Em 1992, há 15 anos, entrou em vigor a Lei 8.436, que institucionalizou o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.

28 de junho — Em 1992, há 15 anos, frei Leonardo Boff, teórico da Teologia da Libertação, pediu desligamento da Igreja Católica. Na entrevista que Boff concedeu à TV Senado, sobre o tema "Globalização, solidariedade e ética", em 6 de dezembro de 2000, disse: "Em uma visão mais filosófica, antropológica, histórica, eu entendo a globalização como um processo da antropogênese, isto é, uma nova etapa da história da Humanidade, e da própria Terra como um superorganismo vivo".

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Currículo e entrevista decidem contratações

O jovem que busca um estágio ou o primeiro emprego depois da escola e o adulto demitido ou insatisfeito com seu emprego precisam planejar a procura de nova posição, usando todos os recursos e apoio que puderem

dispor para obter sucesso nessa tarefa.

Veja, nesta segunda edição sobre a procura de um novo emprego, como elaborar o currículo e como preparar-se e comportar-se numa entrevista de emprego.



Objetividade agrada a quem contrata

O currículo é seu cartão de visitas e deve convencer o selecionador a convidá-lo para uma entrevista. Por isso, preste muita atenção à redação, organização e apresentação do documento. Reserve tempo para elaborá-lo:

- ▶ Um bom currículo não pode ser feito em alguns minutos.
- ▶ Tenha em mente qual é o objetivo.

Tamanho e forma

O tamanho ideal é de duas páginas. Mas pode ter até quatro: a primeira para capa, a segunda para a apresentação pessoal e um resumo da experiência profissional e as outras duas

para os detalhes da experiência profissional.

Prefira o formato tradicional, em papel A4 e letra Arial corpo 12, preta. Não misture tipos de letra e nada de letras ou fundo coloridos. Tente criar um formato conservador, mas único. Se impresso, deve estar impecavelmente limpo. Por e-mail, não envie como arquivo anexo: copie e cole no próprio texto da mensagem.

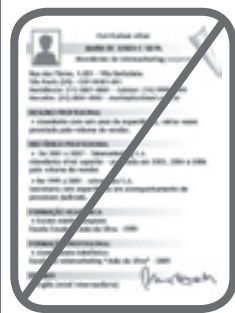
Conteúdo

▶ As principais informações são os itens da sua experiência e qualificação profissional que atendem aos critérios de seleção

da empresa para o cargo pretendido.

- ▶ É muito importante descrever suas principais realizações, metas alcançadas e habilidades.
- ▶ Facilite o contato entre o recrutador e você. É importante colocar mais de três formas de contato (telefone, telefone de recados, celular, e-mail).
- ▶ Seja conciso. Escreva o suficiente para informar, mas despertando o interesse do selecionador em saber mais.
- ▶ Use palavras-chave das áreas em que atuou ao descrever sua experiência profissional (gerente de vendas, secretária executiva, instrumentador cirúrgico).

O que um bom currículo não deve ter



- ▶ Números de documentos, nomes de cônjuge e/ou filhos e histórico escolar (não mencione o ensino médio - antigo 2º grau - se você já cursou ou cursa a faculdade, por exemplo, mas mencione todos os cursos superiores, se você tem mais de um).
- ▶ Foto (a menos que o potencial empregador solicite).
- ▶ Pretensões salariais.

- ▶ Explicações sobre saídas de empresas.
- ▶ Informações desatualizadas ou incompletas e datas desconhecidas.
- ▶ Erros de ortografia e gramática, e abreviaturas.
- ▶ Mentiras ou "verdades melhoradas".
- ▶ Assinatura (o currículo é um cartão de visitas ampliado, não uma carta).

Entrevistado deve mostrar segurança

O processo de seleção normalmente começa com uma entrevista, a sós ou em grupo.

Antes da entrevista

- ▶ Procure saber o máximo possível sobre a organização e sobre o cargo pretendido (funções, responsabilidades, salário etc). Mas, cuidado: não se trata de exibir seu conhecimento ao selecionador, mas de responder às perguntas de forma consistente.
- ▶ Outro conceito a ter em mente é que aquele emprego de fazer uma só tarefa não existe mais. Hoje, o empregado precisa saber fazer muitas coisas, ser versátil e ter interesse em melhorar os resultados da empresa.
- ▶ Revise com antecedência os pontos fracos de seu currículo. Prepare-se para explicar todos os aspectos dos resultados que você obteve.
- ▶ Confirme data, hora, endereço e nome da pessoa que irá entrevistá-lo. Verifique como irá chegar ao local. Você deve comparecer pelo menos 15 minutos mais cedo.
- ▶ Simule uma entrevista com um amigo ou pratique em frente ao espelho, usando um gravador e ouvindo-se depois, se for possível.

- ▶ Vista-se de acordo com o exigido para o cargo pretendido: nem mais, nem menos. A roupa deve estar limpa e passada, e os sapatos limpos. Atenção aos cabelos e à barba (bem-feitos). Nada de excessos: jóias ou bijuterias, maquiagem e perfume devem ser discretos.

- ▶ Tenha seu currículo em mãos.
- ▶ Se houver outros candidatos na sala de espera, cumprimente-os normalmente.
- ▶ Concentre-se, lembre os pontos positivos do seu currículo e mantenha a tranquilidade.

Durante a conversa

- ▶ Entre confiante e cumprimente o entrevistador, olhe-o nos olhos. Ao sentar-se, mantenha postura firme e segura.
- ▶ Pense antes de falar, não fale em excesso e seja específico nas respostas. Acrescente alguma coisa ao que foi perguntado apenas se avaliar que é muito importante. Do contrário, limite-se a dar respostas completas sobre o que foi perguntado. Não comente política, religião ou sua vida pessoal.
- ▶ Se não entender uma pergunta ou afirmação, peça sem receio para o selecionador repetir ou explicar melhor.

- ▶ Não fale mal de quem quer que seja, muito menos do seu último empregador.

- ▶ Quando lhe perguntarem quanto pretende ganhar, informe o valor do seu último salário. Valorize suas habilidades, experiência e formação, mas considere a possibilidade de aceitar um salário menor, já que, numa nova empresa, dificilmente você terá o mesmo salário pago pela empresa em que trabalhou muito tempo e fez carreira.
- ▶ Mostre com ênfase as suas qualificações, experiências, habilidades e realizações, mas sem exagerar e muito menos mentir.
- ▶ Pergunte sobre as responsabilidades do cargo e o potencial de carreira. Demonstre o seu real interesse em crescer junto com a empresa.
- ▶ Se a entrevista for em grupo, tenha em mente que os outros candidatos merecem sua simpatia porque estão na mesma situação que você.
- ▶ Deixe que o entrevistador encerre a conversa.

Depois da entrevista

- ▶ Espere pelo menos duas semanas antes de ligar para a empresa.

O bom currículo é claro e conciso

Curriculum vitae

MARIA DE SOUZA E SILVA

Atendente de telemarketing (*objetivo*)

Rua das Flores, 1.021 - Vila Borboleta
São Paulo (SP) - CEP 01001-001
Residência: (11) 0001-0001 - Celular: (11) 9999-9991
Recados: (11) 0001-0002 - maria@luzdosol.com.br

RESUMO PROFISSIONAL

- ▶ Atendente com seis anos de experiência, várias vezes premiada pelo volume de vendas.

HISTÓRICO PROFISSIONAL

- ▶ De 2001 a 2007 - Telemarketing S.A.
Atendente nível superior - premiada em 2003, 2004 e 2006 pelo volume de vendas
- ▶ De 1999 a 2001 - Advogados S.A.
Secretária com experiência em acompanhamento de processos judiciais.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- ▶ Ensino médio completo
Escola Estadual "João da Silva" - 1999

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- ▶ Atendimento telefônico
Escola de telemarketing "João da Silva" - 2001

IDIOMAS

- ▶ Inglês (nível intermediário) - Escola "João da Silva" - 2000

Quem está trabalhando tem mais chances de conseguir um emprego melhor

Seu emprego está em risco? Busque uma outra oportunidade antes de ser demitido. Você tem um bom emprego e acha que não corre risco de ser demitido? Ainda assim, tome agora as providências para não ficar em situação difícil, caso o improvável aconteça.

- ▶ É importante separar os dois projetos: a carreira na empresa e a vida profissional.
- ▶ Planeje sua vida profissional. Quais suas metas para daqui a cinco, dez, 15 e 20 anos?
- ▶ Defina suas habilidades, suas competências e a área em que você pretende se inserir de forma permanente.
- ▶ Identifique o alvo, isto é, empresas ou organizações onde deseja trabalhar.
- ▶ Cultive com cuidado sua rede de relacionamentos, seja cordial, prestativo, dê abertura para que um simples contato possa se transformar em um relacionamento profissional.
- ▶ Estude sempre, busque atualizar-se, sempre de olho nos seus objetivos.
- ▶ Adquirir o hábito de poupar: procurar emprego custa dinheiro, sem contar que você deixa de ganhar quando fica desempregado.
- ▶ Procure um emprego enquanto ainda está empregado: seu poder de barganha é muito maior! Sem contar que não será preciso dar explicações sobre sua saída da última empresa.

Saiba mais

Agências de empregos e auxílio para currículo na internet

Curriex Empregos, Currículos e carreira - www.curriex.com.br

Empregos.com.br - www.empregos.com.br

Catho Online - www.catho.com.br

Infojobs - www.infojobs.com.br

Manager Online - www.manager.com.br

Curricular.com.br - www.curricular.com.br